



**PERPLEXA E DESNORTEADA**  
A ESQUERDA E SUAS DORES NO SÉCULO XXI

**Thomas A. Mitschein**



**Programa Trópico em Movimento**

**PERPLEXA E DESNORTEADA**  
**A ESQUERDA E SUAS DORES NO SÉCULO XXI**

**Thomas A. Mitschein**



**Universidade Federal do Pará**

## **Universidade Federal do Pará**

**Reitor:** Prof. Dr. Emmanuel Zagury Tourinho

**Vice-Reitor:** Prof. Dr. Gilmar Pereira da Silva

**Pró-Reitor de Administração:** Raimundo da Costa Almeida

**Pró-Reitora de Ensino de Graduação:** Profa. Dra. Marília de Nazaré de Oliveira Ferreira

**Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação:** Prof<sup>a</sup>. Dra. Maria Iracilda da Cunha Sampaio

**Pró-Reitor de Extensão:** Prof. Dr. Nelson José de Souza Júnior

**Pró-Reitora de Relações Internacionais:** Prof. Dr. Edmar Tavares da Costa

**Pró-Reitora de Desenvolvimento e Gestão de Pessoal:** Ícaro Duarte Pastana

**Pró-Reitora de Planejamento:** Cristina Kazumi Nakata Yoshino

**Prefeitura:** Prof. Dr. Eliomar Azevedo do Carmo

**Procuradoria Geral:** Fernanda Ribeiro Monte Santo

## **Programa Trópico em Movimento**

Thomas A. Mitschein – Coordenador

Sérgio Nunes – Vice Coordenador

## **Comissão Editorial**

Nazaré Imbiriba (Coordenadora)

Sérgio Nunes da Silva

Miguel Ramos da Silva

Denise Machado

**Projeto Gráfico** – Igor Aviz

**Editores** – Erika Estumano



Belém, Pará, 2021

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Biblioteca Central/UFPA-Belém-PA**

---

M684p Mitschein, Thomas A.

Perplexa e desorientada [recurso eletrônico] : a esquerda e suas  
dores no século XXI / Thomas A. Mitschein.— Dados eletrônicos. —  
Belém : UFPA, Programa Interdisciplinar Trópico em Movimento, 2021.

Modo de acesso:  
<https://www.tropicomovimento.com.br> ISBN: 978-  
85-62892-25-7 (e-book)

1. Partidos políticos. 2. Eleições. 3. Política e governo. 4.  
Democracia. I. Título.

CDD 23. ed. - 324.2

---

**Elaborado por Katia Cilene dos Santos Souza - CRB-2/1033**

## O AUTOR

**Thomas A. Mitschein** é Sociólogo e Dr. Phil em Sociologia, Ciência Política e História da Economia pela Universidade de Münster, Alemanha.

Professor da Universidade Federal do Pará, Brasil/Núcleo de Meio Ambiente, Coordena o Programa Especial *Trópico em Movimento*, de caráter interdisciplinar, interinstitucional e internacional, dedicado às questões da ecosocioeconomia na Amazônia.

Coordenou Programas e Projetos Internacionais, envolvendo instituições públicas, privadas e não- governamentais de países amazônicos.

Alemão de nascimento, vive no Brasil desde 1980.

## APRESENTAÇÃO

Thomas Mitschein é, em minha opinião, um grande pensador amazônico! Grande porque é radical, isto é não se contenta com a superfície das questões amazônicas, vai a fundo nos problemas, vive neles. Grande porque não tem medo de refletir, de discordar, de apontar o dedo, de revisitar, enfim. Grande, no sentido de que com sua mais que sólida bagagem teórica, transitando entre a filosofia, a sociologia, e a história da economia, finca os pés na realidade circundante, ao jeito *orteguiano* de ser.

Seus textos não são diletantemente fáceis, não! E isso, possivelmente o afaste do grande público! Sua ação ao longo dos anos, diretamente ligada à melhoria de vida dos mais pobres na Amazônia, quiçá seja bem mais conhecida do que seus escritos. Mas à ele, ser conhecido ou não...pouco importa. Às vezes parece que só vive o presente, como se só isso existisse, o que é uma grande verdade, afinal!

Daí porque as reflexões que traz neste pequeno compêndio que tenho a honra de apresentar têm uma importância fundamental. No *outono* de sua vida, seu pensamento e suas dúvidas voltam-se às grandes indagações do mundo global e, ao mesmo tempo, local, amazônico. Enfrenta os desafios, as perguntas, e suas próprias convicções marxianas, em uma crítica que pretende oferecer insumos à construção de um mundo mais justo, mais igualitário e mais respeitosos com essa pequena *coisinha* azul que erra no universo, a nossa Terra. Terra única e bela, vista de longe! Mas vermelhamente escaldante, quando tristemente vista de muito perto.

As relações ecossocioeconômicas são aqui bem olhadas. Geram sobressaltos enormes! Mas Mitschein não abre mão de suas utopias. Seu trabalho é uma provocação, desde o título. Mas, também, sinaliza caminhos. Convida a Esquerda – a seu ver Perplexa e Desnorteada – a curar suas Dores e enfrentar as realidades do Século XXI, realidades nas quais a proteção da

ecossociodiversidade na Amazônia é condição essencial para o futuro de  
nosso Planeta.

Prof<sup>a</sup>. Dra. Nazaré Imbiriba

Coordenadora da Comissão Editorial

## Introdução

**O QUE O MUNDO** precisa é de uma esquerda que reconheça, com todas as letras, o legado pesado das atrocidades que no decorrer do século XX foram praticadas em nome da implantação de iniciativas socialistas nos mais diversos Estados desta sociedade planetária, mas que não abria mão da necessidade de “superar todas as relações nas quais o homem é um ser humilhado, subjugado e desprezível”. Este imperativo categórico do jovem Marx (MEW, Band 1, p. 398, tradução T.M)\* não perdeu nenhuma vírgula de sua importância numa sociedade globalizada em que a obscena acumulação da riqueza por parte de um número reduzido de atores de economia internacional e a concomitante negação de condições minimamente civilizatórias para a maior parcela da população especialmente no Hemisfério Sul são duas faces da mesma medalha. Diríamos até que, neste século XXI, uma esquerda que se orienta no mencionado imperativo marxiano como bússola de sua *praxis*, se encontra ainda no início de sua viagem. Mas nesta caminhada há de se conscientizar cada vez mais de que, num ambiente histórico, em que o capital está absorvendo quantidades cada vez menores da mão de obra disponível, a dialética se deslocou para o específico.

“A dialética do geral e do específico é fundamentalmente uma dialética histórica. A posição que possuam o geral e o específico pode se determinar (...) somente a partir do contexto de uma época. (...). Isto significa que a dialética hoje tem a sua base no específico. A predominância do geral ocorreu até o momento em que o capital e a troca de mercadorias, onde foram implantados, absorviam todo o específico, sempre tendo as mesmas funções e consequências. Se partimos desta perspectiva e a complementamos ainda através da tendência de universalização da racionalidade tecnológica,

---

(\*) Tradução de Thomas Mitschein.



continuará sendo possível o trabalho teórico que focaliza a universalização. Entretanto, do polo oposto, da base da resistência, é necessária uma outra linha de pesquisa. Aqui deve ocorrer um desdobramento do concreto geral em unidades bem menores. Na unidade cultural de um país, em suas especificidades sociais, na constituição histórica da sua vida política. A forma celular da qual fala Marx na análise da mercadoria e do capital perdeu a sua posição única e dominante na teoria. Quem, em qualquer lugar por onde passar, vir apenas o capital, a produção de mercadorias, a propaganda e os comerciais, entenderá muito pouco dos contextos reais desses países, e não perceberá como se constituem movimentos de resistência. Quem pesquisar hoje formas celulares em suas múltiplas manifestações, terá que tomar como ponto de referência os sujeitos envolvidos, ou seja, a força de trabalho que está sendo aplicada, marginalizada, transferida ou se retira para o *underground*.” (Oskar Negt, in: Mitschein. Miranda, Paraense 1989, p. 25,26. Tradução T.M).

Trata-se de um esforço teórico-político bastante complexo. Envolve, obviamente, a superação definitiva da “mitologização das forças produtivas que, no materialismo histórico, acabou se tornado o elemento dominante.” (Breuer 1971, p. 48, tradução T.M.). E pressupõe a disposição de enfrentar o desafio de implementar uma relação mais equilibrada entre economia e ecologia dentro de uma perspectiva planetária. Algo que tem pouco movimentado os porta-vozes do (neo)desenvolvimentismo da África, Ásia e América Latina que, com razão, criticam a dupla moral dos protagonistas do Hemisfério Norte que pregam as virtudes santificadas da sustentabilidade, mas se esquivam dos seus pecados em suas próprias casas. Ou seja, no âmbito do vigente sistema político-econômico os principais *stakeholders* do Norte e do Sul continuam desperdiçando as suas energias na efetivação de sua capacidade competitiva sistêmica, tentando garantir seu lugar numa roda de *hamster* que agudiza as verdadeiras barreiras que este mesmo sistema suscita.

**O EFEITO ESTUFA** e a acelerada destruição da biodiversidade se apresentam como os principais desafios do século XXI que, chamado pelo físico e ecologista alemão Ernst Ulrich Von Weizsäcker como século da ecologia (1998), afetam a toda a espécie humana. No caso das ecorregiões do Trópico Úmido (Amazônia, Bacia do Congo, Sudeste Asiático) tais desafios estão intimamente interligados, uma vez que a derrubada e a queima da floresta aumentam a concentração de gases efeito estufa na atmosfera e colocam em xeque a extraordinária flora e fauna regionais.

Diante deste quadro, os territórios indígenas da Amazônia se apresentam literalmente como *ilhas florestais*, considerando que nelas o desmatamento e a ocorrência de incêndios são muito menores do que nas áreas fora do seu perímetro. Mas, na medida em que os antigos habitantes do *Continente Amazônico* contribuem para que as florestas possam continuar exercendo serviços ambientais como a ciclagem da água, a manutenção do carbono na biomassa e a preservação da biodiversidade, eles devem ser reconhecidos como “servidores ambientais” que merecem receber royalties pelo seu uso não predatório dos ecossistemas amazônicos (Mitschein, Rocha, Dias 2012).

De qualquer maneira, é preciso entender e defender os povos indígenas como aliados de primeira linha no processo da criação de “uma civilização original dos Trópicos” (Sachs 2006 p. 404) - levando em conta as devidas adaptações regionais - que abre caminho para a multiplicação de efeitos de ocupação, de emprego e renda e, ainda, aborda as florestas primárias como um renovável tesouro de insumos naturais para os mais diversos setores da reprodução humana.

Partimos do princípio de que uma esquerda internacional, que norteie a sua prática pela mencionada dialética do específico, estaria bem aconselhada ao dar atenção redobrada ao nascimento de uma civilização dessa natureza no âmbito do Hemisfério Sul, “garantia de enfraquecimento

do sistema econômico dominante e suas lógicas predadoras”(Ventura 2014 p. 31).

Pode-se entender que a nossa argumentação esteja impregnada por uma dose expressiva de pensamento utópico. É uma objeção que levamos sério! Mas, se ela oprime a nossa consciência de forma suportável é que estamos convencidos de que numa sociedade globalizada, em que as fantasias mais macabras não competem mais com a própria realidade, são justamente as utopias que acabam guardando uma teoria mínima de realismo.

Criada em 1864 na cidade de Londres, a Associação Internacional dos Trabalhadores (Primeira Internacional) definia a emancipação da classe operária como uma tarefa social que ultrapassava todas as fronteiras territoriais de cunho local, regional e nacional. Mas entendia a sua realização como resultado da cooperação prática e teórica dos trabalhadores dos países economicamente mais avançados. Desta maneira, deixou de lado o enorme contingente humano das regiões periféricas que, em 1850, representava 76% de uma população mundial de 1,262 bilhões de pessoas.

**Qual seria, portanto, o destino deste “proletariado externo do mercado mundial” (Darcy Ribeiro)?**

Marx, um dos fundadores da Internacional, tinha se relacionado já em 1853 com esta questão numa primeira reflexão sobre o futuro da dominação britânica na Ásia. Focalizando os avanços trazidos pelos ingleses para o Reino do Meio após as guerras do ópio, ele levanta a questão sobre de que maneira a revolução da China poderia proporcionar impactos no continente europeu (MEW Bd 9. p 93-97).

“A Questão agora é que, depois da Inglaterra ter trazido a revolução para a China, de que maneira esta revolução proporcionaria um *feed back* para a Europa.” (ibid.p.97)

Nestes termos, o filósofo alemão aborda o imperialismo britânico como uma espécie de “instrumento inconsciente da história”. Da mesma forma em que revolucionava a antiga ordem da Ásia, mostrava a sua face humana somente no momento em que uma grande revolução nos centros do mercado mundial entregasse, não mãos do proletariado, a condução das forças produtivas modernas. Desta maneira, identifica claramente o progresso histórico com os avanços tecnológicos nos polos do capitalismo

mundial, uma vez que “o país mais desenvolvido não faz mais do que representar a imagem futuro dos do menos desenvolvido.” (Marx 1980, p.5).

Contudo, este prognóstico começava a ser relativizado por Marx nos últimos anos de sua vida. Participando no debate dos *narodniki* (populistas) da Rússia, sobre a questão de se a *obscina* (antiga comuna camponesa) poderia servir como uma possível alavanca para facilitar o processo de transição para o socialismo, ele, em 1877, em sua abordagem à redação da *Otetschestwennyje Sapiski*, rejeita qualquer tentativa de transformar o seu “esboço histórico do nascimento do capitalismo na Europa ocidental em uma teoria filosófica do desenvolvimento geral, independentemente das circunstâncias históricas nas quais se encontram” (MEW 19, p. 111, tradução T.M.). E quatro anos mais tarde, em sua carta à Vera Sassulitsch, afirma que “a inevitabilidade histórica da acumulação primitiva é limitada expressivamente aos países do oeste europeu” (MEW 19, p. 242, tradução T.M.). Não é nossa intenção discutir, aqui e agora, se nestes termos Marx, conforme Armando Córdova (1974) iniciou uma revisão de sua suposta visão eurocêntrica, que não podia aprofundar porque lhe faltava tempo de vida para isto. Apenas queremos chamar atenção a que, provocado pelos populistas russos, ele, inimigo ferrenho de qualquer pensamento ortodoxo e fechado, insiste na análise minuciosa do objeto da discussão, deixando aberta a questão sobre os caminhos que a humanidade deveria adotar para organizar o “seu salto do reino da necessidade para o reino da liberdade” (Marx). No entanto, esta sua cautela não foi acolhida pelos socialistas europeus que vieram depois do autor de “O Capital”. Estes, em sua esmagadora maioria, apostavam firmemente nos supostos lados civilizatórios do capitalismo industrial, como mostraremos doravante com um sucinto resumo do debate sobre a assim chamada questão colonial no âmbito da Segunda e da Terceira Internacional.

## II

Os partidos socialdemocratas da Europa - que criaram em 1889, no dia do centenário da Queda da Bastilha em Paris, com a Internacional Socialista, um Fórum de Coordenação dos seus debates políticos - demonstraram um interesse maior pela situação dos povos colonizados somente a partir do momento em que a corrida imperialista entre os principais Estados do Velho Continente - pela divisão definitiva dos territórios da periferia do mercado mundial<sup>1</sup> - suscitava a possibilidade do surgimento de um confronto armado de dimensões mundiais, fazendo com que os operários virassem recrutas de exércitos nacionais, lutando e morrendo nos campos de batalha pelos interesses de suas respectivas classes dominantes.

Considerando que entre 1889 e 1914 o carro chefe da Segunda Internacional era a Socialdemocracia alemã, e no âmbito dela o debate sobre a questão colonial tenha sido especialmente influenciado por Eduard Bernstein e Karl Kautsky, apresentaremos a seguir os elementos básicos de suas respectivas argumentações.

Bernstein prognosticava que diante de fatores como a diferenciação dos ramos industriais, a crescente importância do setor financeiro, as melhorias do transporte internacional e a acelerada organização dos empresários em poderosas entidades de classe, o capitalismo tinha entrado numa fase de consolidação que, acompanhada por uma expressiva ampliação do comércio mundial, aumentava a riqueza das nações de forma inédita. Mas, já que naquela época a ampliação das transações internacionais estava ligada ao envolvimento maior das regiões periféricas no raio dos investimentos metropolitanos, este autor precisava dar uma resposta sobre como a socialdemocracia enquanto representação política do operariado

---

<sup>1</sup> A título de exemplo, vale mencionar que a Inglaterra assume o controle direto da Índia em 1857, ocupa o Egito em 1882 e faz da Birmânia (hoje Mianmar) seu apêndice colonial em 1886; a França transforma a Tunísia num protetorado em 1881 e ocupa o Vietnã inteiro em 1885. No mesmo ano, durante a Conferência de Berlim, a África toda está sendo partilhada, de maneira sistemática, pelos estados europeus.

européu deveria se relacionar com o tratamento dos povos colonizados por parte dos poderes imperialistas.

“Ela combaterá a violação e o roubo de povos selvagens e bárbaros, mas entenderá a resistência contra a sua integração na esfera de instituições civilizatórias como contra produtiva e a negação da ampliação dos mercados como uma posição utópica” (cit. in: Mitschein 1981, p. 25, tradução T.M.)<sup>2</sup>.

Torna-se claro, portanto, que, em sua argumentação sobre o futuro dos povos colonizados, ele vai além dos possíveis impactos econômicos que o avanço do capitalismo traria para a periferia do mercado mundial. Quando fala em cultura superior – uma expressão, aliás, que, naquela época, foi utilizada tanto pelos entusiastas burgueses do colonialismo como pelos seus opositores de cunho socialista - Bernstein, de acordo com suas abordagens

---

<sup>2</sup> Nestes termos, a posição de Bernstein segue a lógica do discurso do governo norte-americano, na virada do século XVIII para o século XIX, com relação às populações indígenas nos Estados Unidos. Aqui cabe lembrar que, depois da guerra da independência, altos representantes políticos desse país ficaram preocupados com a possibilidade de que a perseguição e a marginalização dos índios pudessem denegrir a imagem de uma república que se tinha estabelecido contra o despotismo europeu, dirigindo-se a todas as nações que estavam dispostas a se livrarem da tirania. Mas, como, no âmbito de uma sociedade capitalista emergente poderia se conciliar a vontade dos povos indígenas de continuar vivendo os seus tradicionais estilos de vida com o interesse dos colonos brancos de se apropriarem, ao máximo, das terras dos nativos? “Given the American `ambition for land” - escreve Robert Kagan (2006, p. 89,90) sobre a solução encontrada - “an ambition they had no real intention of restraining, and given the impossibility of the Indians preserving their ancestral customs side by side with the new commercial empire, there seemed only one way for Americans to assume their “responsibility” and to fulfill the moral obligations they believed their power imposed upon them. That was to turn the conquest of Indian land into something of positive benefit to the Indians, to bring them what Washington and other Americans unashamedly called the, blessings of civilization`. (...) Instead of conquering the Indians, they would be liberating them”. E caso os índios rejeitassem este tipo de libertação, sobrava, obviamente, a voz das armas para que mudassem de opinião. Não surpreende que esta forma, digamos, mais sólida de convencimento não era uma ideia completamente estranha ao pensamento da socialdemocracia europeia. A título de exemplo, mencionamos aqui o holandês van Kol que, na discussão sobre a questão colonial no sétimo congresso da Segunda Internacional, realizado na cidade de Stuttgart (Alemanha) em 1907, destacou: “Se nós trazemos uma máquina para os selvagens da África Central, o que será que farão com ela? (...) Talvez os nativos destruam a nossa máquina, talvez nos matarão e nos comerão e, neste caso, (passando a mão sobre a sua barriga) eu temo que tenho preferência em relação ao Kautsky (risos na plateia). Se nós europeus chegarmos com ferramentas e máquinas nestas terras, seremos as vítimas indefesas dos nativos. Por esta razão, temos que chegar com armas na mão, por mais que Kautsky esteja chamando isto de imperialismo (cit. in: Mitschein 1980, p. 15, tradução T.M.).

sobre esta problemática, tem em mente todo o elenco das instituições da democracia parlamentar e os direitos do cidadão perante a lei que, em sua visão, representavam, se comparados com as sociedades pré-capitalistas, uma cultura moderna, à qual os proletários, pelas ações políticas do próprio movimento operário socialista, estavam tendo cada vez mais acesso, mostrando que “o capitalismo tem a sua própria história de desenvolvimento que, em épocas diferentes, se apresenta de maneira distinta e que, sob a pressão de instituições modernas e democráticas, tem que assumir uma face nova (Bernstein: cit. in: Mitschein, 1981, p. 27, tradução e destaque T.M.).

Neste sentido, Bernstein entendia a expansão colonial como missão virtualmente civilizatória que deveria criar condições para que os nativos alcançassem os avanços socioeconômicos e políticos das metrópoles.

Todavia, considerando que este objetivo, na visão do próprio Bernstein, estava sujeito a sérios riscos pela ignorância e pelo egoísmo das classes dominantes, caberia aos partidos operários corrigir os abusos que os colonizadores europeus costumavam a praticar. Ou seja: o desafio que a socialdemocracia enfrentava era a implementação de uma política colonial reformista, apresentada como política colonial de cunho socialista nos Congressos da II Internacional, via de regra.

Tratava-se de uma abordagem que foi veementemente criticada por Karl Kautsky, o teórico-mor da ortodoxia marxista dentro da socialdemocracia alemã, que não abria mão de uma condenação irrestrita das práticas colonialistas nas regiões periféricas e rejeitava com ênfase a ideia de que a expansão colonial elevaria o nível cultural dos nativos<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> “A defesa dos direitos da cultura superior - destacava Kautsky - é a maior mentira da ética do capitalismo (...). Dentro da própria nação, esta ética se manifesta pela imposição do direito superior do proprietário sobre os que não têm propriedade nenhuma. Em relação à outras nações que devem ser exploradas ela proclama, no fundo, mais nada do que a justificativa do suposto direito das nações capitalistas a dominar toda a humanidade” (Kautsky, 1907, p. 19, tradução T.M.).



No entanto, o seu ponto de partida foi a crítica da economia política do capital e não uma avaliação diferente das potencialidades de ação e das perspectivas das lutas dos povos colonizados. Neste quesito, os representantes da ortodoxia marxista não se diferenciavam dos seus adversários que estavam ideologicamente situados nas alas do reformismo ou do revisionismo. Assim se manifestava Kautsky (1907, p. 76, tradução e destaque T.M.) no ano do mencionado Sétimo Congresso da Segunda Internacional, cuja pauta das discussões colocara a questão colonial como item prioritário:

“Os levantes dos próprios nativos contra a dominação externa sempre poderão contar com a simpatia do proletariado combativo. No entanto, diante do acumulado poder das nações capitalistas não se deve esperar que um único destes levantes possa alcançar, atualmente, o seu objetivo. Somente vão piorar o destino dos nativos. Por mais que a socialdemocracia esteja se sentindo solidária com as suas rebeliões não tem como promovê-las, considerando que, também, não incentiva revoltas sem perspectivas do proletariado, na própria Europa”.

Porém, ao fazer da resistência dos povos da periferia contra o regime colonial uma variável dependente do estágio de desenvolvimento de suas forças produtivas, Kautsky simplesmente negligenciava que “o protesto contra exploração, humilhação e opressão tem a sua justificação a partir da ameaça atual da dignidade humana e não a partir da reflexão sobre aquilo que é socialmente possível” (Negt 1984, p. 83). Introduzia, assim, uma profunda dose de infâmia no conceito da maturidade (Max Horkheimer).

Nesse contexto, vale lembrar a constatação de Negt e Kluge (1981 p. 567, tradução e destaque T.M.) sobre a situação de um condenado à força:

“para alguém que está sendo levado à força, a ideia de que a sua situação não esteja madura para a rebelião, serve para nada. Tentar resistir, para ele, independe da avaliação intelectual que

faz da sua situação histórica ou do seu estágio de desenvolvimento (...). Para ele, é a última chance de se salvar e, certamente, tentará resistir contra o seu destino se puder. **E uma trajetória histórica envolve (...) inúmeras situações concretas deste tipo**<sup>4</sup> .

Ou seja, na medida em que a socialdemocracia europeia encarava a realidade da colônia a partir do “relógio histórico” (ibid., p. 568, tradução T.M.) da metrópole, criava uma hierarquia entre o proletariado industrial enquanto suposto sujeito da história que, pela via revolucionária ou pela via reformista, estava predestinado a superar as injustiças e desigualdades sociais do capitalismo em sua qualidade de sistema mundial e os povos colonizados que, ao viverem em condições de não-simultaneidade com a lei capitalista de valor, representavam nada mais do que criaturas sofridas. E como tais, precisavam ser libertadas ou ajudadas de fora para dentro.

Para os povos da periferia do mercado mundial, vítimas de uma história, na qual, para usar esta imagem de Negt e Kluge, a força sempre estava à vista, o anticolonialismo dos partidos socialdemocratas, revelando, por sua vez, traços profundos de “arrogância civilizatória” (Schlesinger 1970), de “colonialismo educacional” (Bahro 1977) ou de “paternalismo” (Mitschein 1981), representava, nitidamente, um contrassenso, já que estava, de forma literal, desligado das condições reais do sistema de dominação, ao qual estavam sujeitos.

Diante disso, era uma questão de tempo até que surgissem outras leituras das perspectivas de suas lutas. E não é por acaso que os primeiros sinais desta nova leitura foram dados na Rússia, um país que, do ponto de vista do desenvolvimento de suas forças produtivas, se encontrava, no início

---

<sup>4</sup> Ou, como poderíamos dizer: caso Toussaint L'Ouverture e os jacobinos negros de São Domingos (James 2000) tivessem iniciado a sua luta contra o regime colonial francês não em 1791 e sim no final do século XIX, poderiam esperar da socialdemocracia europeia, na melhor das hipóteses, palavras de simpatia, mas nenhum apoio concreto.

do século XX, “na fronteira entre os países civilizados (...) e os países não-europeus” (Lenin, 1970, p. 868, tradução T.M.).

### III

“A história tomou um rumo tão estranho. Paniu em 1918 duas partes separadas do socialismo, uma ao lado da outra, como dois pintos em baixo da chocadeira do imperialismo internacional. A Alemanha e a Rússia personificam exemplarmente as condições da realização material do socialismo, a primeira em termos econômicos e técnicos e a segunda do ponto de vista de sua condição política.”

No entanto, esse diagnóstico de Lenin (cit. in Bahro: 1977, p. 117, tradução T.M.) não se concretizou. Não veio o ansiado deslocamento do centro da revolução de Moscou para Berlim e sim uma guerra civil que, depois da vitória do recém-montado exército vermelho sobre os guardas brancos e os seus 14 aliados internacionais, colocou o país de joelhos em termos econômicos: No início de 1921, a renda nacional da Rússia era de apenas um terço de 1913.

Diante desta enorme regressão econômica, o governo soviético introduzia, em 1921, com a Nova Política Econômica (N.P.E.) um conjunto de diretrizes que acabava com as requisições do produto excedente dos camponeses, praticadas pelas instâncias do Estado durante o assim chamado Comunismo de Guerra, abria canais de troca livre entre campo e cidade, privatizava empresas industriais e comerciais de pequeno e médio porte, oferecia concessões à empresas estrangeiras para investimentos produtivos e priorizava a melhoria das condições de (re)produção do campesinato.

Mas, da mesma maneira em que visava adaptar um país socioeconomicamente esgotado ao recuo das esperanças revolucionárias na Europa Ocidental, colocava na mesa a perspectiva histórica da iniciativa revolucionária bolchevique diante do baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas da Rússia. Essa questão foi levantada pelo próprio Lenin

(1970, p. 868,869, tradução e destaques T.M.) em março de 1923, poucos meses antes de sua morte, nos seguintes termos:

“Será que um povo que entrou numa situação revolucionária, uma situação que surgiu na primeira guerra imperialista, será que este povo, devido à falta de perspectivas do seu futuro, **não poderia se jogar numa luta para conquistar condições não-comuns que sirvam de base para os seus avanços civilizatórios.** (...)Porque não pensar que a completa falta de perspectivas da nossa situação que, aliás, multiplicou as forças dos operários e dos camponeses, abrirá a possibilidade de desenvolver **uma via de transição para a criação dos fundamentos básicos da civilização que difere dos caminhos de todos os outros Estados da Europa ocidental?** Se para a constituição do socialismo um determinado nível cultural é indispensável (mesmo considerando que ninguém possa dizer em que, exatamente, este nível cultural consiste, já que é diferente em qualquer um dos Estados europeus ocidentais), **porque nós não deveríamos começar a conquistar este nível através de uma via revolucionária e avançar e alcançar os outros povos na base do poder dos operários e dos camponeses e da ordem soviética?”**

De qualquer maneira, ao incentivar o crescimento da oferta de bens alimentícios e industriais, a Nova Política Econômica (NEP) estava aliviando a situação econômica da União Soviética. Entretanto, considerando que a produção da indústria se recuperava mais lentamente do que a da agricultura, a discrepância entre os preços dos bens industrializados e os do setor agrícola continuava ameaçando a troca de produtos entre campo e cidade. Em 1923, diante da escassez de produtos industriais, os agricultores que dispunham de melhores condições produtivas, os *kulaks*, reduziram a venda do seu produto comercializável. E, no final de 1927 os camponeses venderam ao Estado apenas a metade dos cereais que tinham ofertado no ano anterior, colocando em xeque a alimentação dos habitantes das zonas

urbanas e dos soldados do exército vermelho. O que fazer numa situação desta natureza, na qual se tornava claro que os avanços da imperiosa industrialização retardatária do país encontravam a sua limitação na “vontade dos camponeses de elevar as suas vendas mais rapidamente do que as suas compras”? (Ehrlich 1971, p. 162, tradução T.M.). Convictos da necessidade de substituir nas unidades de produção o assembleísmo democrático dos tempos da revolução por uma férrea disciplina de trabalho, e partindo da ideia de que o desenvolvimento de uma sociedade socialista passaria fatalmente pelo aproveitamento da racionalidade de planejamento que os grandes conglomerados já tinham introduzido na economia capitalista, os bolcheviques implantaram um “fordismo soviético” (Murry 1990), que se destacava por escalas de produção que ultrapassavam de longe as dos Estados Unidos, mas que estava impedido de implementar aquilo que representava o cerne da lógica do fordismo norte-americano: a intrínseca relação entre produção em massa e consumo de massa. Se os fordistas americanos insistiam que os operários que produziam automóveis precisavam ter condições de adquirir com os seus próprios salários estes mesmos produtos, inclusive para neutralizar os mecanismos nocivos de sua desqualificação, aos quais estavam sujeitos na linha de montagem, os soviéticos, em virtude do seu modelo desenvolvimentista que favorecia a indústria de investimentos, não tinham esta opção, uma vez que a profunda e estrutural carência de bens de consumo limitava, de forma expressiva, a oferta compensatória de incentivos materiais.

Neste contexto, é importante lembrar que a implementação do ambicioso programa industrializante dos bolcheviques foi realizada dentro de um país essencialmente agrário. A revolução e a guerra civil tinham devorado aproximadamente a metade dos operários especializados dos centros industriais, deixando a vanguarda proletária do outubro vermelho literalmente de asa quebrada e fazendo com que o expressivo crescimento do partido bolchevique entre 1917 e 1927 – o número dos seus filiados passou neste período de 24.000 para 1.000.000 de pessoas – tenha sido

alimentado por um “quadro social que nem mesmo com o maior esforço de imaginação podia ser considerado de como orientado por objetivos socialistas.” (Lewin 1986, p. 220).

Por outro lado, os camponeses, a esmagadora maioria da população, depois de terem se apropriado das terras da nobreza, rejeitavam majoritariamente qualquer iniciativa política que pudesse anular os “seus” ganhos, proporcionados pela revolução de 1917.

### **O que fazer numa situação desta natureza?**

- Manter a aliança com aquele setor social que tinha garantido o triunfo da revolução em 1917, a vitória na guerra civil em 1920 e, depois de ter sido repactuado pela NEP em 1921, se tornado de fundamental importância para os primeiros passos da recuperação econômica do país!?
- Ou, “quebrar a dependência do país em face do *mujiqe!*?” (Lewin 1986, p. 238).

No meio dos próprios bolcheviques, Nikolai Bukharin, considerado por Lenin em seu famoso “testamento” como um teórico de destaque entre os mais jovens dirigentes do partido, defendia a manutenção da NPE com uma linha de argumentação que encarava a União Soviética como um “grande laboratório” que, em virtude do seu próprio atraso econômico, deveria criar uma ponte entre o proletariado das “metrópoles mundiais” e os camponeses das “zonas rurais do mundo” (Teló 1986). Em princípio, tratava-se de uma proposta altamente coerente que além de beneficiar o *mujiqe* russo, poderia gerar, concomitantemente, insumos inovadores para as massas marginalizadas das áreas rurais de todas as regiões periféricas que, de qualquer maneira, representavam a esmagadora maioria da população mundial, tendo sido sempre tratadas, no âmbito das oficinas do marxismo europeu, como uma *quantité negligenciable*. Mas, para exercer um possível

papel de vanguardista na experimentação de caminhos de desenvolvimento que pudessem interligar a agricultura com o setor industrial em bases inovadoras e sustentáveis, a União Soviética precisava contar com dois recursos altamente preciosos que mais lhe faziam falta: **tempo e segurança**. Sitiada literalmente pelas potências imperialistas, não podia descartar a hipótese de uma intervenção externa que jogasse as últimas palavras da tecnologia militar contra ela. Na realidade, esta intervenção se apresentava como um perigo permanente contra o qual havia apenas um remédio: a acelerada construção de um parque industrial dentro das fronteiras nacionais, capaz de fabricar as armas, com as quais se pudesse enfrentar o inimigo em condições iguais! A assim chamada segunda revolução, deslançada no final dos anos 20 pelos stalinistas, traduz com nitidez esta problemática.

Sem dúvida, deu início a um rumo político altamente desastroso:

- **para a própria USSR**, porque transformou os camponeses em simples objetos do processo histórico, baixou a produtividade da agricultura no país de forma inédita e consolidou as tradições do autoritarismo do regime czarista na vida política;
- **para a esquerda no mundo inteiro**, porque acabou identificando a ideia do socialismo com as práticas terroristas do stalinismo e, *last but not least*,
- **para os países (semi)-periféricos**, porque colocou o *trem* da via não-capitalista ao desenvolvimento em *trilhas* eminentemente industriais.

Porém, a assim chamada segunda revolução não pode ser classificada simplesmente como uma política antirracional, determinada pelo cérebro sinistro e caprichoso do “novo Gengis Kahn”, como Bukharin tinha chamado Stalin, o seu antigo aliado no âmbito das lutas internas pelo poder no partido comunista e no Estado soviético depois da morte de Lenin. Pelo contrário! Se enquadrava nos constrangimentos de uma industrialização retardatária, cuja



lógica reprodutiva se afirmava ideologicamente pelo projeto da construção do “socialismo num só país”.

Nesse processo, o Estado, representado pelo Partido Comunista, pelo exército e pela burocracia, era, sem dúvida, “o único produto do século XX” (Lewin, *ibid.* 221) que dispunha em sua cúpula de quadros capazes de definir novos rumos para o desenvolvimento do país. Mas, no que dizia respeito à implementação desses mesmos rumos, era mais refém do que senhor da situação. Em consequência de sua decisão de realizar, concomitantemente, a coletivização das propriedades camponesas e a aceleração da industrialização, enfrentava graves tensões, conflitos e confrontos no seio da própria sociedade soviética, os quais procurava neutralizar através de políticas extremamente repressivas, depois do abandono da NEP. Tais políticas repressivas, por sua vez, encobertas pelo culto ao grande líder Stalin, fizeram nascer um “Estado Prisão” (Victor Serge) que generalizava as práticas despóticas em todo o processo desenvolvimentista.

Todavia é importante notar que atrás das intensas discussões que os bolcheviques travavam no decorrer dos anos 20 sobre o caminho da industrialização do país, se escondia uma enorme vontade de evitar o altíssimo custo social que a implementação da primeira experiência não-capitalista ao desenvolvimento industrial produziria fatalmente.

No entanto, uma vez iniciada com vigor e de maneira sistemática pelo grupo stalinista, aliás, através de “uma máquina de violência que teria deixado Pedro o Grande pálido e com inveja” (Bahro 1977, p. 118, tradução T.M.), e que controlava, com mão de ferro, os efeitos nocivos dos crescentes desequilíbrios entre campo e cidade, agricultura e indústria leve e pesada, este modelo industrializante acabou proporcionando resultados surpreendentes. Permitiu aos soviéticos montar, em tempo recorde, uma sólida base econômica a partir da qual conseguiram rechaçar o ataque das

forças armadas da Alemanha nazista e sair da segunda guerra mundial como superpotência no cenário internacional.

De qualquer maneira, a experiência soviética revelava a enorme importância da intervenção do Estado no processo desenvolvimentista, num momento histórico em que a grande depressão de 1929 e a Segunda Guerra tinham levantado enormes incertezas sobre o próprio futuro do capitalismo mundial, confirmando, inclusive, o diagnóstico de Trotsky (1960, p. 20, tradução T.M.) sobre o “privilégio do atraso histórico” que permite ao *late-comer* na corrida desenvolvimentista de se apropriar “do produto acabado antes da hora e queimar etapas intermediárias.” No entanto, o preço pago pela queima de etapas na Rússia Soviética, aliás em sua condição de *ilha* isolada no *mar* movimentado do mercado mundial, foi a transformação do marxismo numa teoria de modernização para países semiperiféricos que cortou, de maneira profunda, a ligação umbilical entre democracia e socialismo, chegando ao seu auge no desmoronamento do *império soviético*.

#### IV

Concebido por Lenin e Trotsky como início de uma revolução mundial que, depois da quebra do elo mais frágil da cadeia imperialista, levaria ao desmoronamento da cadeia toda, o outubro vermelho de 1917 revelava a profunda fé dos dois revolucionários russos na classe operária como sujeito histórico, predestinado à superar a lógica reprodutiva da sociedade capitalista. No entanto, já que mesmo depois da carnificina de duas guerras mundiais esta mesma classe deixou de assumir a sua suposta missão, a explicação deste fato acabou se tornando uma enorme dor de cabeça para os mais diversos *fellow travellers* do marxismo e do movimento operário nos países centrais do mercado mundial.

Neste contexto é digno de nota que, nos anos vinte do século passado, os bolcheviques, subsidiados pela análise de Lenin sobre “O Imperialismo como Fase Suprema do Capitalismo”, sustentavam a ideia de que, no seio da classe operária, tinha se constituído uma aristocracia de trabalho que, subornada pelos *extra-profits* que o capital monopolista abocanhava nos países (neo)coloniais, levou o operariado ao caminho do reformismo, arruinando, assim, a sua perspectiva internacionalista. E vale mencionar, também, que depois da Segunda Guerra Mundial, uma parte da nova esquerda europeia, influenciada pelas lutas anti-imperialistas na América Latina, na África e na Ásia, defendia a hipótese de que, a partir dos mecanismos da troca desigual entre os centros e as regiões periféricas do mercado mundial, as sociedades metropolitanas tinham se transformado em “nações aristocráticas”, nas quais a classe operária inteira e não apenas uma reduzida casta de líderes das organizações políticas e sindicais dos trabalhadores participava ativamente na exploração das massas terceiro-mundistas. (Emmanuel 1972). No entanto, ambas as abordagens, por mais que possam parecer coerentes diante da enorme e inquestionável contribuição que o colonialismo proporcionou para a ascensão dos centros metropolitanos do sistema capitalista, não têm consistência.

A abordagem dos bolcheviques sobre a aristocracia de trabalho não fornece pista nenhuma para explicar as práticas reformistas da socialdemocracia alemã, já que as tardias investidas colonialistas do governo daquele país foram, do ponto de vista econômico, um redondo fracasso. E, a hipótese de que o operariado todo nas metrópoles estaria participando da exploração da mão de obra dos países periféricos levanta, no âmbito da crítica da economia política de Marx, um problema conceitual intransponível. Considerando que as enormes diferenças no preço da mão de obra entre metrópole e periferia são a consequência do desenvolvimento do modo de produção capitalista e não a sua causa e, levando em conta ainda que o movimento salarial é uma variável dependente da acumulação do capital, a ideia de que na relação entre a mão de obra da metrópole e a força de trabalho da periferia esteja escondida uma relação de exploração que, de antemão, impeça qualquer política de solidariedade internacional entre ambas, carece de fundamento teórico.

Isto posto, fazemos questão de realçar que uma abordagem mais coerente da notória abstinência revolucionária da classe operária nos centros do capitalismo mundial deve dar uma atenção especial ao fato de que neles, no final do século XVIII, o eixo central dos métodos da dominação tem se deslocado, passo a passo, do poder da punição para o poder da vigilância. Trata-se de um processo que Michel Foucault (1975) analisa magistralmente no exemplo das mudanças pelas quais passava o sistema penal da sociedade burguesa entre 1760 e 1840. Naquela época, a morte por suplício - “como arte de reter a vida no sofrimento, subdividindo-a em mil mortes e obtendo, antes de cessar a existência, the most exquisite agonies” (ibid, p. 31) - acaba sendo substituída pela implantação de casas penitenciárias fechadas, onde os detentos eram submetidos a um regime permanente de observação, com regras e códigos estabelecidos por profissionais da medicina, da psicologia, da psiquiatria e da pedagogia. Desta forma, em nome da humanização do sistema penal, os cientistas das áreas mencionadas desenvolviam as bases cognitivas de um elenco de novas técnicas de poder, fazendo com que a

alma dos indivíduos virasse “a prisão do corpo” (ibid, p. 42), já que os detentos, devido à vigilância à qual estavam sujeitos, começavam a autocontrolar as suas mentes e os seus corpos. Ganhou forma, assim, uma “microfísica do poder” (Foucault) que em virtude de sua efetividade e de seu baixo custo produzia indivíduos obedientes em grande escala para todos os pontos nevrálgicos (escolas, forças armadas e setores produtivos) da sociedade burguesa. Desta maneira, a luz, encarnação emblemática da razão no tempo do esclarecimento, se transforma, de acordo com Foucault, numa armadilha. Mais luz significa mais transparência. Contudo, mais transparência abre também o caminho para mais controle, o aumento da vigilância e da disciplina. Ou seja: num momento histórico em que na metrópole o princípio do *time is money* tornava-se o referencial principal da reprodução social, fazendo com que a disponibilidade de indivíduos obedientes em grande escala se tornasse um imperativo categórico, a aplicação da racionalidade instrumental e dos seus métodos de controle à natureza interna das classes subalternas ganhava cada vez mais importância.

À primeira vista, o avanço desta tendência teria sido negligenciado pelo seu contemporâneo Karl Marx, o profeta da revolução proletária que, já na Ideologia Alemã, escrita com Friedrich Engels entre 1845 e 1846, abordava o operariado como uma classe social que “se liberou de todo o velho mundo e o enfrenta de maneira antagônica” (MEW Band 3, p. 60, tradução T.M.). Partindo do princípio de que “o desenvolvimento das contradições de uma forma histórica de produção é o único caminho de sua dissolução e do estabelecimento de uma nova forma,” (Marx 1980, p. 559), Marx acreditava que o movimento operário, “surgido instintivamente das próprias condições de produção” (ibid. p. 344), acabaria assumindo o seu suposto papel de coveiro da sociedade burguesa. No entanto, na medida em que o teórico alemão investigava de forma minuciosa o regime fabril da grande indústria, ele mesmo fornecia argumentos sólidos contra a sua própria profecia. Vale notar, como ele mesmo destacava, que este regime transformava os operários em “complementos vivos de um mecanismo morto

que existe independente deles”, garantindo a “subordinação técnica do trabalhador ao ritmo uniforme e a composição peculiar do organismo de trabalho” (ibid. p. 483), bem como a imposição de uma “disciplina de caserna” (ibid. p. 485) no âmbito das unidades produtivas. Além disso, mostrava que “a separação entre as forças intelectuais do processo de produção e o trabalho manual e a transformação delas em poderes de domínio do capital se tornavam uma realidade consumada” e “a habilidade especializada e restrita do trabalhador individual, despojado, que lida com a máquina, desaparece como uma quantidade infinitesimal diante da ciência, das imensas forças naturais e da massa de trabalho social, incorporadas ao sistema de máquinas e formando com ele o poder do patrão” (ibid. 484).

Ou seja: por mais que Marx tenha insistido que a própria dinâmica do capitalismo criava “os elementos formadores de uma sociedade nova e os destruidores da sociedade antiga” (ibid. p. 575), em sua análise da subsunção real do trabalho ao capital realçava magistralmente o caráter eminentemente repressivo da socialização capitalista que, da mesma forma em que associava os antigos produtores isolados no mesmo local de trabalho, os empobrecia do ponto de vista de suas capacidades físicas e intelectuais.

Mas, desta maneira, o crítico da economia política do capital contradizia o profeta da revolução proletária quando este, em sua abordagem sobre a Tendência Histórica da Acumulação Capitalista, afirmava que era através da “exploração de muitos capitalistas por poucos” que “desenvolve-se, cada vez mais, a forma cooperativa do processo de trabalho, a aplicação consciente da ciência ao progresso tecnológico, a exploração planejada do solo, a transformação de trabalho em meios que só podem ser utilizados em comum” (Marx, 1980, p. 881), promovendo, nestes termos, a ideia fantasmagórica de que o próprio movimento do capital estava abrindo o caminho de sua autodestruição.

Contudo, é importante realçar que uma abordagem política desta natureza era altamente atrativa para as crescentes organizações operárias de cunho socialista no final do século XIX. Permitia-lhes combinar a glorificação do proletariado - como suposto construtor de um novo mundo - com a expectativa teleológica de que a produção capitalista geraria "com a fatalidade de um processo natural" (Marx, *ibid.*) a sua própria negação. Nos anos 20, a socialdemocracia alemã realçava que, em consequência da *trustificação* da economia, estava se formando um "capitalismo organizado" que deveria ser direcionado cada vez mais pelo Estado e, em termos políticos, acoplado ao regime da democracia parlamentar. Diferentemente disso, os representantes do bolchevismo negavam com veemência a possibilidade da superação pacífica do poder político e econômico da classe dominante. Mas apreciavam os métodos de gestão e de produção das companhias estatais e privadas de grande porte, como referencial norteador para o projeto socialista. Ou seja, neste mesmo quesito, socialdemocratas e bolcheviques, irmãos inimigos do movimento operário europeu, fecharam conjuntamente os olhos diante do fato de que na relação entre capital e trabalho está inscrita "a dominação dos trabalhadores sob a aparência de exigências técnicas inflexíveis" (Gorz 1982, p. 44) que, obviamente, não será superada pela simples passagem da propriedade jurídica dos meios de produção da mão de empresários privados para a mão do Estado.

"Quanto mais complicada e mais refinada a aparelhagem social, econômica e científica, para cujo manejo o corpo já há muito foi ajustado pelo sistema de produção - escreveram Adorno e Horkheimer (2006, p. 41) cem anos depois da publicação do Manifesto Comunista - tanto mais empobrecidas as vivências de que ele é capaz. Graças aos modos de trabalho racionalizados, a eliminação das qualidades e sua conversão em funções transferem-se da ciência para o mundo da experiência dos povos e tende a assemelhá-los de novo ao mundo dos anfíbios. (...) A

impotência dos trabalhadores não é mero pretexto dos dominantes, mas a consequência lógica da sociedade industrial."

Contudo, esta avaliação que trazia à tona a dinâmica pela qual "a imaturidade dos dominados" estava sendo alimentada pela "hipermaturidade da sociedade" que, por sua vez, acabava bloqueando a capacidade do suposto sujeito revolucionário de "poder tocar o intocado com as próprias mãos" (ibid. 41), veio da caneta de dois intelectuais alemães que, em seu exílio norte-americano, tinham se tornado observadores angustiados da ascensão da barbárie do fascismo e da carnificina de mais uma Guerra Mundial.

Neste contexto, vale lembrar que, em 1933, primeiro ano do regime nazista na Alemanha, os Estados Unidos hospedaram, na cidade de Chicago, a Exposição Mundial "O Século do Progresso" que tinha adotado o lema "A Ciência pesquisa, a tecnologia executa, o homem obedece." (cit. in: Mitschein 2010, p. 19). Tratava-se de um evento de envergadura internacional que, com o mencionado slogan, transmitia, de forma emblemática, o *Zeitgeist* de uma época que, baseado numa fé inabalável na atividade técnico-científica como norteadora inatacável da organização da sociedade industrial, cobrava do operariado a disposição de se sujeitar às regras das vigentes relações de poder. Contudo, por mais que a partir do mencionado processo de deslocamento do eixo da dominação da punição para a vigilância este espírito tenha entrado nos poros e nas mentes das classes subalternas nos centros do mercado mundial, em suas regiões periféricas, onde as condições de trabalho continuavam sendo determinadas mais pelo látego do feitor de escravos do que pelo despotismo do código da fábrica, os povos colonizados resolveram não mais obedecer aos *stakeholders* de impérios europeus que tinham se acostumado a olhar para si mesmos como "os Senhores da espécie humana". (Hobsbawm 1996, p. 199). Durante as primeiras décadas depois de 1945, na Ásia e na África, as populações das antigas colônias acabaram conquistando a sua independência política.



## V

As duas guerras mundiais, manifestações agudas da crise profunda da civilização ocidental, proporcionaram o desacoplamento da Rússia e da China do mercado mundial e, ainda, levaram ao desmoronamento definitivo dos impérios coloniais da Europa. Porém, mesmo considerando que partes das elites destes mesmos impérios encaravam a descolonização política na Ásia e na África com bastante resistência – basta mencionar episódios como a tentativa dos holandeses de reconquistar o seu domínio colonial na Indonésia em 1947 e 1948, as guerras da França na Indochina (1946- 1954) e na Argélia (1954 -1962) ou a crise de Suez em 1956 - o colonialismo clássico era incompatível com a *Pax Americana* no mundo ocidental e com o funcionamento de um sistema global altamente polarizado pelo conflito sistêmico entre os Estados Unidos e a União Soviética.

Contudo, por mais que as duas superpotências tenham transformado o mundo recém-descolonizado num objeto de acirradas disputas que travavam sobre a manutenção e/ou ampliação das zonas de sua influência em qualquer território deste planeta, os líderes das nações emergentes das regiões periféricas do mercado mundial mostravam pouca inclinação para se alinharem de forma automática a um dos dois blocos em questão. Externavam a sua postura de *non-alignment* em 1955, na Conferência de Bandung, na Indonésia, onde os delegados asiáticos e africanos se apresentavam como representantes de um assim chamado Terceiro-Mundo,

- Introduzindo na pauta da política internacional o conflito Norte-Sul,
- Insistindo na constituição de uma força autônoma dos não alinhados como meio de suporte à modernização administrativa e econômica dos seus respectivos países nos moldes da civilização ocidental, e
- Defendendo as suas linhas de ação, via de regra, com posições ideológicas altamente heterodoxas que misturavam ideias nacionalistas, desenvolvimentistas e socialistas.

Óbvio é que, diante do conflito sistêmico entre os Estados Unidos e a União Soviética, o chamado Terceiro Mundo podia associar as estratégias de modernização dos seus países à economia de mercado do bloco ocidental ou à economia de comando da União Soviética. Contudo, a escolha entre estas duas opções, passava longe dos campos técnico ou acadêmico. Dependia das relações de poder no interior das próprias sociedades pós-coloniais. Se os maoístas da China tinham como referência o modelo soviético, era porque lideravam, depois de uma guerra revolucionária de vinte e cinco anos, a maior e mais poderosa revolução camponesa do século XX, que tinha quebrado a resistência da burguesia compradora contra a redistribuição da terra. E se na Índia dos anos 50 o governo Nehru venerava o modelo soviético de industrialização, mas renunciava, ao mesmo tempo, à reforma agrária, era porque não estava disposto a comprar o conflito com os grandes *landlords* e o seu poder secularmente acumulado. Ou, como escreve Ugo Pipitone (1995, p. 279):

“Mientras el Estado índio miraba al desarrollo industrial como la llave maestra para arrastrar el campo para la modernización, los campesinos, en espera que los trickle down los alcanzara, quedaban de hecho prisioneros de lo que un observador de la realidad agrária de la Índia calificava como la unholy trinity: terratenientes, usureros y acaparadores, a menudo por cierto, sintetizados en una sola persona.”

Entretanto, cabe destacar que os defensores de ambos os modelos de regulação, não obstante os embates políticos que travaram especialmente na época da guerra fria, compartilhavam a hipótese de que a integração definitiva dos países do Terceiro Mundo na órbita da civilização industrial era a única solução para estes superarem definitivamente as mazelas herdadas do seu passado colonial. Desta maneira, reconheciam a suposta validade universal dos métodos de dominação de uma civilização ocidental que, aplicados pelos agentes do colonialismo, tinham transformado os povos da

periferia do sistema mundial em "máquinas vivas de trabalho" (Marx) para os ascendentes impérios europeus. E, ao mesmo tempo, se sujeitaram à uma corrida desenvolvimentista na qual, devido ao peso de sua história colonial, entravam de forma altamente desvantajosa.

E, dentro de pouco tempo, tornou-se claro que esta mesma corrida, tingida com as mais diversas cores ideológicas, não gerava os resultados esperados.

Contudo, no âmbito do coro mimético de origem terceiro-mundista se destacava a voz específica e brilhante do médico, psiquiatra e militante da Frente de Libertação (FLN) da Argélia, Frantz Fanon.

"Não percam tempo - ele escreve em sua obra principal "Os Condenados da Terra" (2010, p. 361, 362,364), publicado em 1961, no ano de sua morte - em estéreis litâneas ou em mimetismos nauseabundos. Deixemos essa Europa que fala sem parar do homem e ao mesmo tempo o massacra em todos os lugares em que o encontra. Há séculos, a Europa deteve a progressão dos outros homens e os subjugou aos seus desígnios e à sua glória; há séculos, em nome de uma suposta "aventura intelectual", ela estrangula a quase totalidade da humanidade. (...) A Europa se recusou a toda humildade, a toda modéstia, mas também a toda solicitude, a toda ternura. Ela só se mostrou parcimoniosa com o homem, mesquinha, carniceira, homicida. (...) Podemos fazer tudo hoje, com a condição de não imitar a Europa, com a condição de não ter a obsessão de alcançar a Europa. (...) O Terceiro Mundo está hoje como uma massa colossal, cujo projeto deve ser tentar resolver os problemas para os quais essa Europa não deu solução."

Mas, como os povos recém descolonizados dariam soluções aos seus dramáticos problemas sociais e econômicos numa situação em que, nas palavras do próprio Fanon, "a apoteose da independência se transforma

em maldição da independência" (ibid. p, 117) e "a potência colonial, com meios enormes de coerção, (...) diz: "Já que vocês querem a independência, podem tomá-la e morram"!?"

Nesta situação, os líderes dos ex-colonizados enfrentavam uma alternativa de difícil trato: ou se submetiam às imposições de uma "estrutura neocolonialista" (ibid. p. 194) que condenava a esmagadora maioria da população à uma "miséria insuportável"; ou insistiam na implementação de regimes autárquicos, procurando "responder à grande fome nacional, à grande miséria nacional com os meios miseráveis de que dispõe(m)". (ibid. p. 118)

No entanto, Fanon colocava pouca fé em políticas da segunda via, uma vez que, conforme ele, exigiam de "músculos atrofiados (..) um trabalho desproporcional." (ibid. p. 118) Além disso, não nutria ilusão nenhuma sobre as tendências de usurpação do poder nas novas nações por reduzidos grupos da nova elite, desligados das necessidades básicas do povo e dispostos a se submeterem às determinações das potências (neo)-coloniais. Insistia, por esta razão, na conscientização política das classes populares, destacando, inclusive, que num país subdesenvolvido a liderança do partido deve "fugir da capital que nem da peste", concentrando as suas atividades nas áreas rurais para "ativar os territórios mortos, as regiões que ainda não despertaram para a vida." (ibid. p. 215) Ou como escreve Jean Paul Sartre (ibid p. 27,28) sobre Fanon em seu Prefácio aos Condenados da Terra:

"Ele não dissimula nada: para lutar contra nós, a antiga colônia deve lutar contra si mesma. (...) O leitor é advertido severamente contra as mais perigosas alienações: o líder, o culto da personalidade, a cultura ocidental e, igualmente, a volta do longínquo passado da cultura africana. A verdadeira cultura é a revolução; isto quer dizer que ela se forja a quente."

Mas, na medida em que o intelectual internacionalista de origem caribenha denunciava o (neo)colonialismo como forma nova de transformar a periferia num simples e ordinário apêndice econômico da metrópole e, ainda, duvidava dos resultados das vias não capitalistas ao desenvolvimento, qual seria, diante desta dupla contramão, o caminho para superar o histórico contraste entre colonizado e colonizador dentro de uma perspectiva de emancipação social?

A sua resposta a esta pergunta não deixava surgir dúvida nenhuma: defendia "a necessidade de uma redistribuição das riquezas em nível global, uma vez que" a humanidade, sob pena de ver-se abalada, deverá responder à esta questão" (ibid. p. 118). E aconselhava os protagonistas do Sul de resistirem à tentação de mimetizar o viés civilizatório dos seus antigos colonizadores, rejeitando com vigor a ideia de que o escravo, ao tentar se igualar ao seu amo, pudesse conquistar sua liberdade.

"Decidamos - ele escreve na Conclusão dos Condenados da Terra (ibid. 363, 365, 366, destaque T.M.) - não imitar a Europa e orientemos os nossos cérebros e músculos para uma direção nova. (...) Não se deve, a pretexto de progredir, atropelar o homem, arrancá-lo de si mesmo, da sua intimidade, quebrá-lo e matá-lo. Não, não queremos alcançar ninguém. Mas queremos caminhar todo o tempo, noite e dia, em companhia do homem, de todos os homens. (...) Logo, camaradas, não paguemos tributo à Europa, criando Estados, instituições e sociedades inspirados por ela. A humanidade espera outra coisa de nós, e não essa imitação caricatural e, no conjunto, obscena. se queremos transformar a África em uma nova Europa, a América em uma nova Europa, então confiemos a europeus os destinos dos nossos países. Eles saberão fazer melhor do que os mais talentosos de nós. Mas se queremos que a humanidade avance, se queremos levá-la a um nível diferente daquele em que a Europa a manifestou, então é preciso inventar, então é preciso descobrir.

Se queremos responder à expectativa dos nossos povos é preciso dirigir-se a outro lugar, e não à Europa."

Qual seria este "outro lugar"?

Só poderia ser o conjunto dos territórios dos próprios (ex)colonizados que, depois *da via crucis* que lhes tinha sido imposta pelo colonialismo, precisavam ser revitalizados pela "caravana que não deve ser dispersada", a partir de uma perspectiva de desenvolvimento que valorizasse a diversidade dos meios naturais e culturais das comunidades envolvidas.

No entanto, por mais que a esperança do militante da FLN de que a descolonização do hemisfério Sul pudesse "mudar a ordem do mundo" (ibid. p.52) não tenha se concretizado, a sua abordagem sobre os Condenados da Terra continua sendo de suma importância numa sociedade globalizada em que a crescente e obscena acumulação da riqueza por parte de um reduzido número de protagonistas da economia mundial (Vitali, Glattfelder, Batiston 2011) e a concomitante negação de condições de sobrevivência minimamente civilizatórias para uma enorme parcela da população mundial continuam sendo as duas faces da mesma moeda.

## V

A partir dos anos sessenta do século passado, a acelerada internacionalização do capital produtivo e financeiro transformou a tradicional divisão de trabalho entre centros metropolitanos e regiões (semi)periféricas num sistema político-econômico global, que pode ser comparado a um arquipélago (Veltz 1996). Nele criam-se relações privilegiadas entre as *ilhas* de destaque (*global cities*) que intercambiam informações, tecnologias e capitais dia e noite com uma velocidade inédita; entretanto, no que diz respeito aos espaços *in between*, eles, do ponto de vista de sua relevância econômica, se tornam literalmente *terras afundadas*. E as *ilhas* que não cuidarem de sua competitividade sistêmica se tornam, com facilidade, *terras afundadas*; e os “afundados” que querem colocar a sua cabeça para fora da água, devem estar à procura dos famosos *nichos* nos mercados globais, adotando com afinco a filosofia do “cooperar para competir”<sup>5</sup>.

De qualquer maneira, as modalidades de funcionamento deste *arquipélago* seguem uma lógica implacável:

- Colocam em xeque todos os modelos de regulação social que tinham sido estabelecidos durante o conflito sistêmico entre os Estados Unidos e a União Soviética, fazendo com que, depois da Queda do Muro de Berlim, o neoliberalismo tenha se afirmado como referencial hegemônico em todos os cantos desta assim chamada *vila global*;
- Proporcionam ao Hemisfério Norte uma crescente convivência de espaços altamente prósperos com áreas socialmente deprimidas, traduzindo, assim, a gradual retirada do então badalado *Estado de Bem Estar*, e

---

<sup>5</sup> É a famosa receita dos *clusters* que continua sendo vendida aos “afundados” do mundo inteiro como um raio de luz na escuridão de um túnel sem fim.

- Manifestam-se no Hemisfério Sul através do flagrante contraste entre os assim chamados *Least Developed Countries* (LDCs), cada vez mais dependentes das minguadas transferências técnico-financeiras da cooperação internacional e os *Newly Industrialized Countries*, como a República Popular da China (RPC) que, em 2020, respondeu por notáveis 22,5% do PIB mundial.

Entretanto, é preciso realçar que o indubitável sucesso econômico da China encontra fatalmente o seu lado gêmeo na acelerada destruição dos ecossistemas locais, regionais e globais que, atualmente, está revelando a sua dimensão mais dramática no âmbito da questão climática. Se os treze bilhões de toneladas de gás carbônico que, de acordo com os especialistas, os oceanos e a biomassa terrestre podem absorver anualmente, forem respeitados como um limite natural intransponível e os 7,5 bilhões de habitantes do planeta tiverem o mesmo direito à poluição destes sumidouros, neste caso ninguém poderia emitir mais do que 1,7 toneladas de gás carbônico por ano. Só que nos Estados Unidos cada habitante ultrapassa este volume por aproximadamente nove vezes. E, suponhamos que os habitantes da China e da Índia alcancem a média dos atuais estilos de vida dos norte-americanos, somente as suas emissões de dióxido de carbono ultrapassariam o volume de CO<sub>2</sub> que em 2013 todos os países do planeta terra tinham depositado na atmosfera. No entanto, por mais que um cenário deste tipo seja ameaçador para a humanidade toda, os seus impactos mais nefastos afetarão os setores sociais de baixa renda daqueles países do Sul, que se destaquem por sua alta vulnerabilidade a efeitos da mudança climática como inundações, secas, tempestades e a elevação do nível do mar, se tornando um pesadelo especialmente para a população de megalópoles na Ásia como Mumbai, Calcutá, Manila, Bangkoc ou Dacca.

Contudo, é preciso lembrar que, em 1972 em Estocolmo, a *Primeira Conferência Mundial sobre o Homem e Meio Ambiente* lançou suas advertências sobre a crescente destruição das bases naturais da



sobrevivência humana - *the "growing evidence of man-made harm in many regions of the earth, dangerous levels of pollution in water, air, earth and living beings, major and undesirable disturbances to the ecological balance to the biosphere, destruction and depletion of irreplaceable resources"* (in:www.unep.org). E isso ocorria justamente num momento histórico em que a grande maioria dos *stakeholders* da comunidade internacional se acostumara à ideia de que altas taxas de crescimento econômico serviriam como receita mágica para resolver os problemas sociais no mundo inteiro. Com efeito, não sensibilizou as delegações do Hemisfério Sul que, independentemente de suas preferências político-ideológicas, acabaram acompanhando o Brasil, no mencionado Encontro, e o seu discurso do *desenvolver primeiro e pagar os custos da poluição mais tarde*. Àquela época o gigante latino-americano se encontrava no auge do seu *milagre econômico*, pilotado por um governo militar que usava de forma sistemática a máquina estatal em seu esforço de completar definitivamente a matriz tecnológica do país em nítido contraste com outros regimes de exceção nos países do subcontinente que seguiam à risca as receitas da Escola de Chicago.

Duas décadas após a Conferência de Estocolmo, o Brasil se tornava anfitrião da *Primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento* (ECO 92) que lançou, com a sua *Agenda 21*, um ambicioso programa de ação focalizado numa perspectiva nitidamente planetária. Contudo, suas metas precisavam ser viabilizadas num ambiente histórico em que em que credices do neoliberalismo passavam longe da esperança de que a questão ambiental pudesse se transformar numa âncora central, apta a difundir valores sociais como cooperação, sabedoria, diversidade cultural, bem como uma (re)distribuição (mais)equitativa dos recursos materiais em todos cantos desta assim chamada Vila Global.

## VII

Nos anos da virada do século XX para o século XXI, a América Latina surpreendeu o mundo com a eleição de Presidentes como Hugo Chávez na Venezuela, Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil, Nestor Kirchner na Argentina, Evo Morales na Bolívia ou Rafael Correa no Equador, que se posicionavam contra as receitas do fundamentalismo de mercado.

Entretanto, por mais que os seus governos tenham implementado em seus respectivos países relevantes programas de *poverty alleviation*, o discurso sobre a necessidade do Estado retomar o seu papel de indutor e regulamentador do desenvolvimento nacional chocou-se frontalmente com as modalidades de funcionamento de um sistema econômico global que obriga a todos os seus *stakeholders* a rezar o *pai nosso* da competitividade sistêmica, afirmando que, no âmbito das políticas nacionais, a lógica da modernização precisa continuar se impondo à lógica da modernidade. A primeira, seguindo no campo da economia parâmetros da racionalidade instrumental como custo-benefício, eficiência ou produtividade impulsiona uma integração transnacional, onde apenas *"the sky is the limit"*. E a segunda, por sua vez, alicerçada em princípios da racionalidade normativa como bem estar ou participação democrática, continua encontrando o seu *locus* principal na esfera política de Estados nacionais que estipulam as regras de convivência dos seus cidadãos.

Mas, na medida em que na América Latina - em virtude da consolidação das tendências de sua integração na economia transnacional - a racionalidade instrumental começava a se tornar a "racionalidade predominante (...) como princípio orientador da ação social e enquanto valor objetivado em produtos", se afirmando, inclusive, como "norma legitimadora do processo político", a partir deste momento acabava ganhando espaço no seio de suas respectivas sociedades a aceitação da ideia de que a inserção no *arquipélago* da economia global era uma "necessidade legítima" e a

"marginalização tanto de amplos setores sociais como de regiões inteiras", decorrente deste mesmo processo, "um mal menor, indesejado porém aceito" e, portanto, algo a ser atenuado e não repudiado. (Lechner 1990, p. 75) Formulado no auge da hegemonia das credices neoliberais pelo cientista político chileno Norbert Lechner, este diagnóstico não perdeu nenhuma vírgula de sua importância, uma vez que as iniciativas dos mencionados Presidentes não foram acompanhadas por estratégias políticas, concebidas para enfrentar, de fato, as expressivas desigualdades sociais, literalmente enraizadas nos poros das sociedades latino-americanas.

E esta realidade continua em vigor. Na América Latina inteira. Por mais que os governos pós-neoliberais tenham insistido na retomada do papel do Estado como indutor do desenvolvimento nacional e tentado introduzir um *capitalismo organizado* que gira em torno da função estruturante das instituições públicas, mas, que, obviamente, não foge da lógica reprodutiva do capitalismo global e das modalidades de sua competitividade sistêmica.

De qualquer maneira, apesar do fato de ter contado com considerável apoio por parte das esquerdas latino-americanas, este viés de *capitalismo organizado* revitalizou para as classes populares o pesadelo da "longa noite neoliberal" (Rafael Correia) supostamente superada por um neo-desenvolvimentismo meramente mimético e norteado pelo (pre)conceito de que "as sociedades ocidentais constituem o fim da história humana" (Morin 2013, p. 31).

## VIII

Esquerda. Mas, de que Esquerda estamos falando? Esta é, sem dúvida, uma indagação altamente pertinente.

Enfim, cabe reconhecer que a história do socialismo realmente existente tem deixado a utopia socialista literalmente em maus lençóis. Contudo, há boas razões para supormos que uma Esquerda que não abre mão de sua visão universalista dos direitos sociais (Bobbio 1996) e está a par da necessidade imperiosa de (re)equilibrar a relação entre evolução técnica e cultural dentro de uma perspectiva planetária, não venceu o prazo de sua viabilidade. Pelo contrário! Ainda está no início de sua viagem! Mas, para poder transformar esta mesma viagem numa história de sucesso, precisa se conscientizar de que, neste século XXI, a dialética encontra a sua base no específico, no sentido de que a dinâmica de cada realidade nacional está se deslocando para os múltiplos espaços locais/regionais.

No Brasil, esta questão político-teórica bastante complexa tem sido enfrentada com uma considerável competência através do Fórum Social Mundial, pelo fato dele ter dado uma atenção destacada à lutas de sujeitos como quilombolas e indígenas, mulheres, camponeses sem terra, agricultores familiares ou os sem-teto nas grandes cidades que se desenvolvem à margem da relação entre capital e trabalho. Contudo, vale destacar que o grito daqueles que se movimentam precisa ser acompanhado pela formulação de políticas novas e inovadoras, relacionadas com as suas próprias demandas.

Trata-se de um desafio que está intimamente ligado às modalidades de desenvolvimento do *Continente Amazônico* onde a queima da floresta, a preservação da biodiversidade e a manutenção do ciclo de água estão intimamente interligados. Neste contexto, a Amazônia se apresenta como uma gigantesca bomba biótica, colocando diariamente vinte bilhões de toneladas da água na atmosfera, irrigando, assim, territórios vizinhos que

vão de São Paulo até os Andes e Cuiabá até Buenos Aires, englobando a parcela leonina do PIB da América do Sul. (Nobre 2016). Poder-se-ia supor que este dado cientificamente provado suscitaria um tratamento *first class* por parte dos principais *stakeholders* amazônicos, transmitindo sua vontade de preservar o ciclo de água, da biodiversidade e da manutenção do carbono na biomassa florestal em sua qualidade de serviços ambientais, fornecidos, por sua vez, de graça pela maior floresta tropical do Planeta.

Entretanto, a história recente da maior floresta tropical do planeta fala uma linguagem bem diferente.

No caso do Brasil, a tecnoburocracia nacional, pilotada por Governos militares, resolveu tratar a Região como uma **fronteira de recursos**, capaz de mitigar constrangimentos do desenvolvimento social e econômico em seu respectivo território, o que se externa com todas as letras em seu II *Plano Nacional desenvolvimento 1975 - 1979* (Sudam 1976, p.52) que encarava o aproveitamento seletivo das riquezas naturais da região como um instrumento cabal para garantir “a manutenção de altas taxas de crescimento do PIB, através de ampla contribuição em relação ao setor do comercio exterior.”

Mas, considerando que o Estado brasileiro lançou mão das ofertas tentadoras de um sistema financeiro mundial que devido a fatores como a queda da taxa de lucro nos setores produtivos do hemisfério Norte e a abundância dos petrodólares da OPEC estava abarrotado de dinheiro em busca de aplicações rentáveis, os dirigentes da economia política do *gigante pela própria natureza* estavam sujeitos às variáveis de mercados financeiros globais que, diferentemente das populações amazônicas, fugiam do seu controle. O resultado deste enredo é bem conhecido: depois da eclosão da crise da dívida externa em 1982, que coincide com a democratização do seu regime político, o país entra na assim chamada *década perdida do seu desenvolvimento*, fazendo com que na Amazônia a paulatina destruição de

sua extraordinária biodiversidade e a marginalização social de crescentes segmentos da população regional tenham se tornado duas faces da mesma medalha. E isto justamente num período em que os governos dos Sete Países mais Industrializados (G7), pressionados em sua própria casa pela mobilização de fortes movimentos da sociedade civil em torno da questão da proteção do meio ambiente, aprovavam em dezembro de 1991 o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil – PPG7, lançado oficialmente durante a Eco 92 no Rio de Janeiro.

Reconhecemos que os projetos do PPG7 geraram insumos consideráveis para a discussão de opções sustentáveis de aproveitamento dos recursos naturais da região. Mas, na realidade, o Programa pouco contribuiu para a proteção das florestas amazônicas. Aliás, por uma razão bastante simples: limitava-se à experimentação de iniciativas-piloto, deixando a questão da transformação dos seus *achados* em práticas generalizadas por conta das instâncias governamentais do Brasil. Ora, estas, ao enfrentarem a duras penas os impactos nocivos da *década do desenvolvimento perdido da América Latina*, não estavam nem de longe em condições de cuidar de fato de uma Região de dimensões continentais. *Encurraladas* entre as imposições dos representantes do sistema financeiro global - que cobravam políticas de contenção das despesas públicas - e as reivindicações dos movimentos ecológicos do mundo inteiro - que insistiam na implementação de políticas eficazes na preservação da maior floresta tropical contínua deste planeta - as instâncias políticas brasileiras encontravam-se no meio de um *fogo cruzado* entre cobranças nitidamente excludentes. Podiam atendê-las concomitantemente caso soubessem *assobiar e chupar cana* ao mesmo tempo. Mas, já que não sabiam, seguiam as receitas que vinham dos *grão-vizires* da banca internacional. Em consequência disso se instalou na Amazônia, no decorrer da última década do século XX, uma “fronteira experimental” (B. Becker), onde inúmeros atores (inter)nacionais insistiam em testar alternativas de pequeno porte ao vigente cenário da destruição socioambiental. Mas, embaixo desta redoma artificial,

por sua vez, via de regra, distante das raízes socioculturais dos próprios protagonistas regionais, potencializavam-se os desequilíbrios que a forçada ocupação da Região tinha gerado, manifestando-se através de uma galopante concentração fundiária, de um *inchaço* desenfreado das áreas urbanas e de expressivas taxas de desmatamento que acabaram transformando a *hiléia* amazônica na maior emissora de gases carbônicos de todo o Brasil.

E esta situação continua em vigor. Na região inteira! Apesar do fato de que na década passada o Governo Federal tenha insistido na retomada do papel do Estado como indutor e regulador do desenvolvimento nacional, implantando uma espécie de *capitalismo organizado* - que girava em torno da função estruturante da mão pública mas, obviamente, não fugia das imposições de um sistema econômico global que, ao forçar a todos os seus *stakeholders à rezar o pai nosso* da competitividade sistêmica, aprofundava a polarização social e espacial no âmbito do território nacional, deixando, conseqüentemente, a Amazônia como refém do mencionado modelo de crescimento que lhe foi imposto nas últimas décadas do século passado. (Mitschein, Chaves 2013).

Contudo, este cenário deixa de ser uma fatalidade intransponível se, no dizer de Roberto Mangabeira Unger (2008, p. 1, destaque T.M.) os principais protagonistas da política nacional resolverem enxergar a reinvenção da Região como uma oportunidade ímpar para o Brasil se reconstruir no século XXI. Assim escreve o intelectual brasileiro que, entre 2007 e 2009, respondeu pela Secretária de Assuntos Estratégicos do Governo Lula:

"Transformando a Amazônia - o Brasil se transformará. (...) Hoje a discussão do destino da Amazônia serve como alavanca de pressão do mundo sobre o Brasil. Pode, porém, abrir espaço para nós no mundo. Para isso, temos de mostrar como, ao reafirmar nossa soberania na Amazônia, podemos fazê-lo a serviço não só do Brasil mas também da humanidade. Uma iniciativa nacional a

respeito da Amazônia é capaz de esclarecer e de comover o país. **Presta-se a uma iniciativa de libertação nacional.** No século XIX, completamos a ocupação do litoral. No século XX, avançamos para o centro-oeste. No século XXI, reconstruiremos o Brasil ao reinventar a Amazônia. O espírito da empreitada deve ser o de definir a Amazônia como vanguarda, não como retaguarda. (ibid).

Assim, defende a necessidade de aprofundar no contexto regional um zoneamento econômico-ecológico que, em sua qualidade de "tradução espacial de um pensamento econômico", precisa definir "o que pode - e deve - ser produzido onde", encaminhando, a partir daí, "a solução de todos os problemas fundiários na Amazônia" e formulando um projeto de desenvolvimento em "duas grandes vertentes: para a Amazônia já desmatada e as grandes cidades (onde se concentra ainda mais do que em outras regiões do país, a maior parte da população) e para a Amazônia onde a mata permanece em pé". (ibid.).

No que diz respeito à "Amazônia já desmatada", recomenda "aproveitar esse espaço para inovar, construindo na agricultura familiar, na pequena indústria e nos serviços um modelo econômico que não repita os erros do passado brasileiro" e, concomitantemente, priorize a criação de uma relação sinérgica entre "indústrias de ponta, "pós-Fordistas" (que) podem produzir, de maneira, não padronizada, máquinas e insumos que a retaguarda de empreendimentos menores e mais atrasados consigam usar." (ibid.).

E quanto à "Amazônia onde a mata permanece em pé", Unger destaca a necessidade imperiosa de institucionalizar regimes de tributação que fazem com que a floresta em pé valha mais do que a floresta derrubada, incentivando iniciativas que dizem respeito à organização da "prestação dos serviços ambientais" e em investimentos maciços no aproveitamento tecnológico da biodiversidade.



Nestes termos, a proposta de Mangabeira Unger vem ao encontro do paradigma do ecodesenvolvimento que defende o uso múltiplo da biomassa terrestre e aquática para a produção de alimentos humanos, rações para animais, adubos verdes, bioenergias, materiais de construção e insumos para os mais diversos setores indústrias e, ainda, aborda, os ecossistemas intactos como um renovável tesouro de insumos naturais para as necessidades da reprodução humana. Ou seja, insiste na criação de uma moderna civilização da biomassa que desafia a maldição da "transposição mimética da civilização europeia" para as terras trópicos (Sachs 2006, p. 389).

Contudo, uma empreitada deste tipo não rima com uma política econômica nacional que reserva a setores tão essenciais como educação, saúde, saneamento, ciência e tecnologia e gestão ambiental menos do que 10% do Orçamento Geral da União, mas destina até 45% ao pagamento de juros, amortizações e refinanciamentos da dívida pública do país suscitando, assim, "uma brutal transferência de recursos públicos ao setor privado, nacional e internacionalmente" (Fatorelli 2012).

De qualquer maneira, o que esta realidade mostra é que os principais protagonistas da política brasileira preferem evitar conflitos e contendas com os *stakeholders* daqueles bancos nacionais, estrangeiros e investidores internacionais que, junto com as seguradoras, detêm a parcela leonina da dívida pública brasileira.

Adotam, assim, uma postura pouco surpreendente no âmbito de um sistema econômico global, sujeito aos humores de mercados financeiros que, pelo seu baixo nível de regulação e pelo seu próprio tamanho, conseguem atrelar a economia real às suas perspectivas de rentabilidade. Mas ao fecharem os olhos à imperiosa necessidade do país redefinir as modalidades de pagamento de sua dívida pública não apenas deixam as instâncias do Estado literalmente de mãos atadas diante das acumuladas mazelas sociais e

ambientais em todo o território nacional, colocando em risco a possibilidade da sociedade brasileira alcançar um futuro social, econômico e ecológico minimamente sustentável. Ao mesmo tempo, acabam subestimando de forma surpreendente o virtual poder de barganha que está ligado ao fato de o Brasil abocanhar dois terços da Bacia Amazônica, por sua vez um dos principais celeiros da Biossociodiversidade deste planeta. (Mitschein, Lima 2016).

### **Mas o que fazer para transformar este poder virtual numa realidade palpável?**

A resposta à esta indagação nos parece óbvia! Torna-se indispensável conceber e viabilizar um programa sólido e convincente que, no dizer de Mangabeira Unger, faz do **"soerguimento da Amazônia prioridade brasileira na primeira parte do século 21"** (ibid. p.1, destaque T.M.),

- transmitindo com clareza para a sociedade nacional que a transformação das áreas já desmatadas - uma gigantesca massa territorial de quase 800.000 km<sup>2</sup> - em espaço de inovação técnico-econômica em torno da elevação sistemática da "produtividade primária da biomassa dos campos, da floresta e das águas" (Sachs 2006, p. 231), proporcionará ao Brasil a oportunidade de criar o embrião de uma moderna civilização da biomassa, por sua vez insumo de extrema importância para iniciar a revisão do modelo de acumulação que desperdiça de forma estrondosa as potencialidades endógenas de desenvolvimento dos múltiplos espaços locais **em todas** as regiões do território nacional;
- organizando com os seus vizinhos latino-americanos um bloco de cooperação regional determinado a se afirmar no jogo das relações geopolíticas e geoeconômicas em nível internacional, através da criação de instituições financeiras autônomas, instrumentos próprios de controle dos recursos naturais, meios de comunicação independentes, um

inteligente sistema de segurança militar e da ampliação das capacidades técnico-científicas dos seus membros associados, e,

- informando os protagonistas de uma sociedade planetária cada vez mais sujeita à destruição das bases naturais da própria sobrevivência humana que a atuação brasileira/sul-americana em suas regiões amazônicas privilegiará a preservação dos extraordinários serviços ambientais que estão sendo gerados em benefício da humanidade toda.

Contudo, por mais que tenhamos uma noção clara do fato de que o *mainstream* da política brasileira, dividido entre as crendices do fundamentalismo de mercado e os axiomas do (neo)desenvolvimentismo, - está separado por *distâncias oceânicas* de um referencial estratégico do ecodesenvolvimento, (numa situação histórica na qual as fantasias mais macabras não competem mais com a própria realidade) continuamos defendendo a ideia de que são justamente as utopias sociais que acabam guardando um teor mínimo de realidade.

## POSFÁCIO

Entre os *pesos pesados* da economia mundial se destaca, sem dúvida, a República Popular da China que:

- nos anos após a *Queda do Muro de Wallstreet* (Joseph Stiglitz), contribuiu mais para o crescimento do PIB global do que a Comunidade Europeia ou os Estados Unidos;
- registra o crescimento de uma classe média de aproximadamente 300 milhões de pessoas com um patrimônio médio líquido de \$US 139.000, representando um poder de compra que ultrapassa o dos EUA ou do Japão;
- investiu em larga escala na melhoria de sua infraestrutura, tendo ampliado por 30 mil quilômetros a sua rede ferroviária com trens de alta velocidade;
- mobilizou, em 2017, US\$ 133 bilhões na ampliação do seu parque de energias renováveis, movido pela necessidade de diminuir a sua dependência às usinas de carvão, por sua vez a fonte mais poluente de energia, segundo o *Bloomberg New Energy Finance*. Assim, o governo chinês instalou novas usinas solares com uma capacidade de 53 Gigawatt, tornando-se o vanguardista internacional no campo das energias limpas;
- determinou, a partir de 2019, o aumento do licenciamento de carros elétricos que, na capital, deve alcançar já em 2020 a casa dos 60%;
- destaca-se como campeão mundial em comércio eletrônico.

Contudo, por mais que as façanhas do gigante asiático mostrem com nitidez que o capital em sua qualidade de “valor em progressão” (Marx) pouco se importa com a cor dos olhos daqueles que sabem se relacionar de maneira eficaz com as suas leis intrínsecas, é óbvio que a vertiginosa

ascensão do *Reino do Meio* encontra fatalmente o outro lado de sua moeda em sua disputa pelo uso dos ecossistemas globais especialmente com a Tríade Estados Unidos, União Europeia e Japão.

### **Como enfrentar o desafio dessa disputa pelo uso dos ecossistemas globais de uma maneira minimamente coerente?**

Entre os *fellow travellers* da racionalidade ecológica<sup>6</sup> há um notável consenso de que é preciso viabilizar uma revolução de **eficiência** no campo da produção, visando à redução do uso de insumos energéticos com a concomitante diminuição da ocorrência de rejeitos e resíduos (**consistência**).

Aparentemente, este referencial de ação tem gerado avanços continuamente positivos, uma vez que, no período de 1990 a 2017, a eficiência energética em nível mundial aumentou anualmente 0.7%. Contudo, se levarmos em conta que a diminuição das emissões mundiais de CO<sub>2</sub> – meta badalada das conferências internacionais sobre as consequências da mudança climática - dificilmente se concretizará se o crescimento da taxa da eficiência for menor do que a da população e o da renda, sendo esta última de fundamental importância para o desenrolar do consumo per capita - e se, ainda, considerarmos que até hoje apenas 30% do *output* industrial são recicláveis, torna-se claro porque entre 1990 e 2017 as emissões globais de CO<sub>2</sub> têm dado um pinote de 40%. (Stengel 2011).

---

<sup>6</sup> Foi a partir dos anos 70 do século passado que um crescente número de protagonistas do hemisfério Norte lançou suas advertências sobre “*the growing evidence of man made harm in many regions of the world*” ([www.unep.org](http://www.unep.org)), introduzindo no debate internacional sobre meio ambiente com a racionalidade ecológica um referencial discursivo que insistiu na redução do uso excessivo do assim chamado capital natural no processo da reprodução social. Mas que – como mostram os resultados tênues das vigentes políticas ambientais - se revelou nitidamente incapaz de frear a acelerada destruição das bases naturais da vida humana nesta assim chamada vila global. Por uma razão bastante clara, aliás: não obstante sua suposta condição autopoética, “a racionalidade ecológica é – no dizer de Klaus Eder (1988, p. 380, tradução T.M.) - “uma ideologia, pela qual a sociedade moderna reage à sua própria crise ambiental, camuflando a sua inserção nas relações de poder como instrumento de dominação.”

Ou seja, por mais que os avanços no campo da eficiência energética consigam baixar a emissão de carbono por unidade produzida, eles, obviamente, não influenciam a definição da quantidade dos bens a serem produzidos, uma vez que esta decisão está nas mãos de protagonistas empresariais que, ávidos para aumentar o seu lucro, incentivam sua real e potencial clientela para consumir mais. Porém, na medida em que este efeito *rebound* coloca em xeque os ganhos reais ou esperados do aprimoramento tecnológico, é preciso ir além da combinação entre eficiência e consistência. Na realidade, torna-se imperioso de reconhecer a nítida incompatibilidade entre a lógica reprodutiva do capital<sup>7</sup> e a manutenção e/ou a reconquista de equilíbrios ecológicos em nível planetário. O que significa a necessidade de insistir na viabilização de estratégias de **suficiência**, baseadas na redução da quantidade dos produtos gerados e no indispensável debate sobre a questão do bem viver<sup>8</sup>.

Contudo, é preciso reconhecer que esta visão movimenta apenas uma parcela mínima da população da assim chamada vila global. Isto vale para os centros tradicionais do capitalismo ocidental como os Estados Unidos, a União Europeia e o Japão que abocanham em torno 54% do PIB mundial e, como cabe destacar, abrigam apenas 14% da população planetária, podendo, ainda, tratar o seu próprio debate sobre o futuro da terra como “uma disputa sobre a escolha da música no Titanic”. E não deixa de ser válido para emergentes como os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul) que dividem entre si 25% de toda riqueza globalmente contabilizada, mas hospedam notáveis 40% da população mundial.

---

<sup>7</sup> No *Capital*, (1972, MEW 25, p. 839, tradução T.M.) a análise marxiana não vai além da “organização interna do modo capitalista de produção, em sua média ideal”. Contudo, foi através da acelerada globalização da concorrência entre os capitais que a realidade do mercado mundial tem se aproximado, de forma inédita ao elenco dos conceitos, desenvolvidos pela crítica da economia política do teórico alemão. Isto vale especialmente para o atual *capitalismo de cassino* que, movido pelo “aparente poder transcendental do dinheiro” (Marx s.d. p. 65, tradução T.M.), tem transformado até os mercados para alimentos básicos em objetos de suas jogadas especulativas.

<sup>8</sup> Na América Latina, este debate gira primordialmente em torno da concepção do *Bem Viver* e do *ecossocialismo* (ver Acosta 2016 e Loewy 2019).

Todavia, na medida em que nos dois maiores blocos do *arquipélago* da economia mundial haja poucos sinais de que os principais protagonistas políticos e econômicos tomarão passos sólidos para encaminhar mudanças significativas em relação aos vigentes estilos de vida que caracterizam o atual perfil da civilização ocidental, é preciso compartilhar a visão de George Monbiot (2019) segundo o qual a rebelião contra a acelerada destruição das bases naturais da sobrevivência humana é o único meio para evitar um apocalipse ecológico.

“Every nonlinear transformation in history – escreve o jornalista britânico – has taken people by surprise. As Alexei Yurchak explains in his book about the collapse of the Soviet Union *Everything Was Forever, Until It Was No More* – systems look immutable until they suddenly disintegrate. As soon as they do the disintegration looks inevitable. Our system – characterized by perpetual economic growth on a planet that is not growing – will inevitably implode. The only question is whether the transformation is planned or unplanned. Our task is to ensure that it is planned, and fast. We need to conceive and build a new system, based on the principle that every generation, everywhere has an equal right to enjoy wealth. (...) The success of mobilization depends upon us. It will reach the critical threshold only if enough of us cast aside denial and despair. (...) The time of excuses is over. The struggle to overthrow our life-denying system has begun.”

Contudo, em nossa avaliação, por mais que esta luta seja evidentemente de caráter planetário envolve, com prioridade, parte considerável da população mundial residente em Países do Cinturão Tropical, com cerca de 2.160.000 de habitantes. Porém, seus principais campos de batalha estão localizados nas Regiões de Floresta Tropical, que hospedam quase a metade de todo o estoque florestal do planeta (com cerca de 670

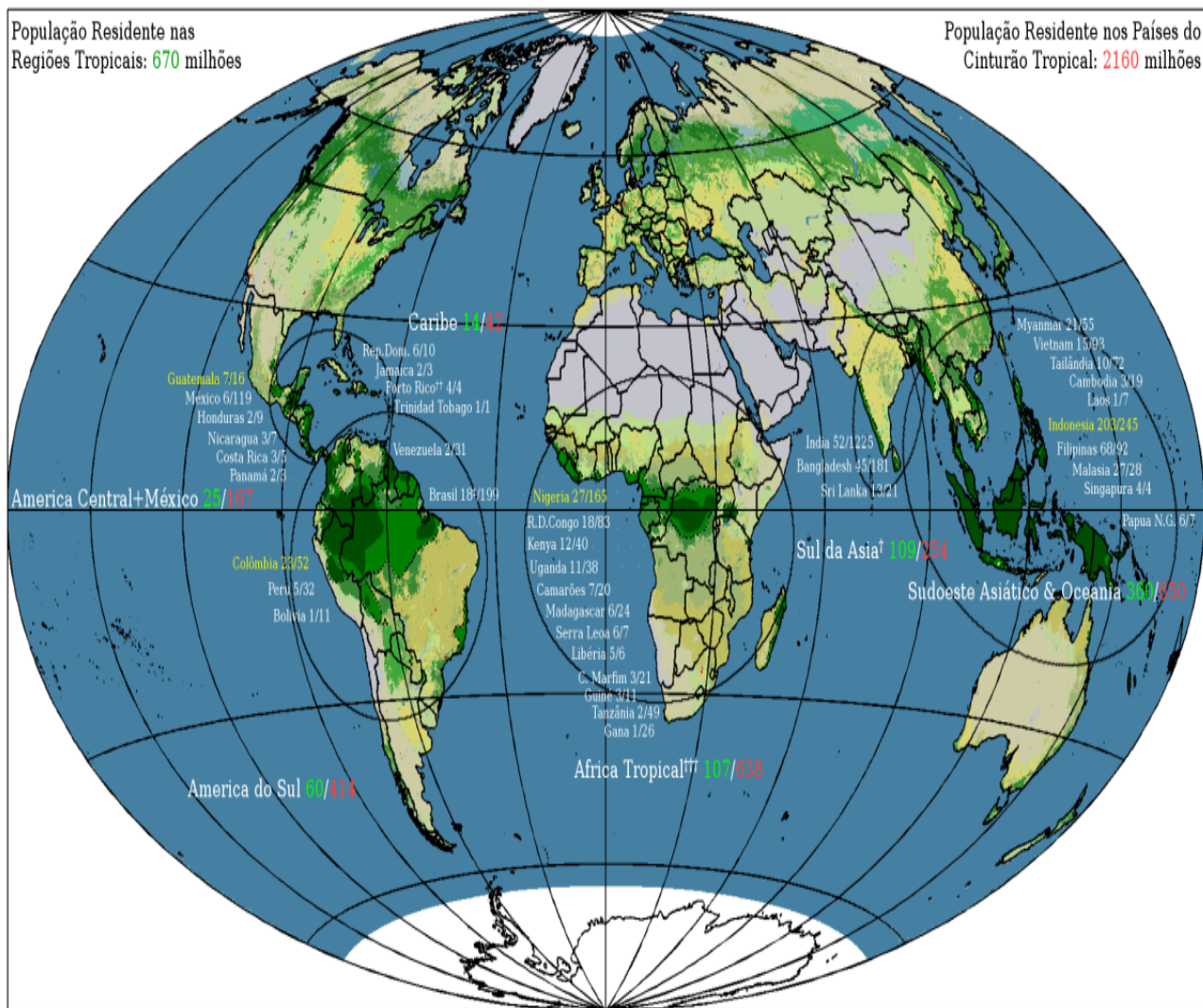
milhões de habitantes), e cujos serviços ambientais são de fundamental importância para o futuro da humanidade toda. (ver Mapa)<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> No Mapa a seguir entenda-se: Regiões Tropicais = regiões de florestas tropicais úmidas. Países do Cinturão Tropical = países que estão totalmente ou parcialmente na região tropical.



## Países e Populações do Cinturão Tropical na America Latina, África e Sudeste Asiático



Uso de Terra: MODIS Collection 5 Global Land Cover - Boston U. - Boston - EUA - 2012  
 Distribuição Populacional (2015 est.): Gridded Population of the World, Version 3 (GPWv3)  
 CIESIN/CIAT, Columbia University - Palisades - NY - EUA - 2005  
 Regiões Climáticas de Köppen-Geiger: Peel, MC - University of Melbourne - Australia - 2007

Note - Linha tracejada indica limites das regiões tropicais úmidas (ALAm)  
 † - Excluindo população total da Índia  
 †† - Porto Rico pertence aos EUA  
 ††† - Inclui apenas países com clima tropical úmido (ALAm)  
 ‡ - Exclui regiões de Mata Atlântica.

Execução: Prof. Dr. Breno C. O. Imbiriba  
 Faculdade de Meteorologia - Instituto de Geociências  
 Universidade Federal do Pará - 2015

Dotado de uma enorme disponibilidade de energia solar e de recursos hídricos pluviais e fluviais, este mencionado Cinturão Tropical está predestinado à criar as bases de uma civilização original da biomassa, capaz de combinar o uso sistemático das potencialidades endógenas de desenvolvimento dos múltiplos espaços locais, com a proteção dos ecossistemas intactos, em sua qualidade de tesouro renovável de insumos naturais para as mais diversos campos da reprodução humana. (Sachs 2006, Mitschein, Lima 2016, Mitschein). Nestes termos, representa um viés civilizatório que desafia com vigor as "soluções uniformizantes que a tecnocracia arrogante e despreocupada com o contexto social tenta impor ao mundo inteiro, não hesitando em transformar a custos elevados, quando não em arruinar, os ecossistemas no propósito de torná-los aptos a receber técnicas exóticas transferidas, tais quais, do Norte para o Sul." (Sachs 1986, p. 124).

Abrimos mão de debater aqui e agora se os protagonistas da Esquerda do Cinturão Tropical da América Latina, da África e da Ásia terão visão, vontade e fôlego suficientes para se meterem numa empreitada deste tipo. Mas, com a iniciação de um projeto dessa natureza dariam certamente uma tremenda chacoalhada no debate morno e tecnocrático sobre meio ambiente e desenvolvimento que, preso na armadilha de um saber que - como diriam Adorno e Horkheimer (2006, p. 18) - tem renunciado ao sentido através da substituição do "conceito pela fórmula" - passa longe dos problemas reais da relação entre economia e ecologia em sua dimensão planetária.

## BIBLIOGRAFIA e REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. W; HORKHEIMER, M. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2006.
- ALENCASTRO, L. F. **O Trato dos Viventes**. Formação do Brasil no Atlântico Sul. Século XVI e XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ANDERSON, P. **Duas Revoluções**. Rússia e China. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BAHRO, R. **Die Alternative**. Zur Kritik des real existierenden Sozialismus. Frankfurt am Main: Europaeische Verlagsanstalt, 1977.
- BECK, U. **Risikogesellschaft**. Auf dem Weg in eine andere Moderne, Suhrkamp, Frankfurt am Main 1986.
- BELLUZO, L. G. SABATTINI, R. "Um conto chinês". In: **Valor Econômico**. São Paulo, 1 de agosto.
- BENJAMIN, W. **Gesammelte Schriften**. Band1. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1974.
- BRAUDEL, F. **As Estruturas do Cotidiano**. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2000.
- CARR, E. H. **The Interregnum 1923-1924**. Baltimore, Maryland: Penguin Books, 1969.
- CLAUDIN, F. **Die Krise der kommunistischen Bewegung**. Von der Komintern zur Kominform. Band 1. Westberlin: Olle und Wolter, 1977.
- DEUTSCHER, I. **Trotsky. O Profeta Armado 1879-1921**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- EDER, K. **Die Vergesellschaftung der Natur**. Studien zur sozialen Evolution der praktischen Vernunft. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1988.
- CHINAS AUFSTIEG. Mit Kapital, Kontrolle und Konfuzius. **Edition Le Monde Diplomatique**, Nº 23, 17 de Abril de 2018. Disponível em: <[https://monde-diplomatique.de/product\\_info.php?products\\_id=244563](https://monde-diplomatique.de/product_info.php?products_id=244563)>. Acesso em: 05 de Set. de 2021.
- EMMANUEL, E. **Unequal Exchange**. A Study of the Imperialism of Trade. New York: Monthly Review Press, 1972.
- ENGELS, F. Die Entwicklung des Sozialismus von der Utopie zur Wissenschaft. In: **Marx Engels Werke (MEW)**. Band 19. Berlin: Dietz Verlag, 1982.

FANON, F. **Os Condenados Da Terra**. Prefácio de Jean Paul Sartre. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2006.

FOUCAULT, M. **Ueberwachen und Strafen**. Die Geburt des Gefaengnisses. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1976.

GALISSOT, R. O imperialismo e a questão colonial e nacional dos povos oprimidos. In: HOBBSAWM, E. J. (Org.). **História Do Marxismo**. Volume 8. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

GORZ, A. **Adeus ao Proletariado**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

----- **Wege ins Paradies**. Berlin: Rotbuch Verlag, 1983.

GRUZINSKI, S. **A Águia e o Dragão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

HOBBSAWM, E. **Era dos Extremos**. O Breve Século XX 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

IMBIRIBA, N. et al. **Relatos de Uma História Viva**. Desenvolvimento Sustentável de Comunidades Amazônicas e Cooperação Regional. Série Sociedade, Desenvolvimento Local e Meio Ambiente na Amazônia, Nº 1. Belém: NUMA/UFPA, 2013.

----- **Demandas e Desafios da Cooperação Sul-Sul para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia**. Publicações Trópico em Movimento. Belém: IEMCI/UFPA, 2015. (Contribuição Especial).

JAMES, C. L. R. **Os Jacobinos Negros**. Toussaint L'Ouverture e a Revolução de São Domingos. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

KAGAN, R. **Dangerous Nation**. New York, Borzoi Books. Alfred A. Knopf, 2006.

KAUTSKY, K. **Sozialismus und Kolonialpolitik**. Berlin: Dietz Verlag, 1907.

KENNEDY, P. **Ascensão e Queda das Grandes Potências**. Transformação Econômica e Conflito Militar de 1500 a 2000. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1989.

LENIN, W. I. Bericht der Kommission fuer die nationale und koloniale Frage. In: **Ausgewaehlte Werke**. Band III. Berlin: Dietz Verlag, 1970.

----- **Staat und Revolution**. In: **Ausgewaehlte Werke**. Band II. Berlin: Dietz Verlag, 1970.

----- **Ueber unsere Revolution**. In: **Ausgewaehlte Werke**. Band III. Berlin: Dietz Verlag, 1970.

\_\_\_\_\_. Urspruenglicher Entwurf der Thesen zur nationalen und zur kolonialen Frage. In: **Ausgewaehlte Werke**. Band III. Berlin: Dietz Verlag, 1970.

MARX, K. Die britische Herrschaft in Indien. In: **Marx, Engels Werke** (MEW). Band 9. Berlin: Dietz Verlag, 1975.

\_\_\_\_\_. Die kuenftigen Ergebnisse der britischen Herrschaft in Indien. In: **Marx Engels Werke** (MEW). Band 9. Berlin: Dietz Verlag, 1975.

\_\_\_\_\_. **O Capital**. Livro 1. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1980.

\_\_\_\_\_. Brief an die Redaktion der Otetschestwennyje Sapiski. In: **Marx Engels Werke** (MEW). Band 19. Berlin: Dietz Verlag, 1982.

\_\_\_\_\_. Brief an V.I. Sassulitsch. In: **Marx Engels Werke** (MEW). Band 19. Berlin: Dietz Verlag, 1982.

\_\_\_\_\_. Das Kapital. In: **Marx Engels werke** (MEW). Band 25. Berlin: Dietz Verlag, 1982.

MARX, K.; ENGELS, F. Die deutsche Ideologie. In: **Marx Engels Werke** (MEW). Band 3. Berlin: Dietz Verlag, 1958.

\_\_\_\_\_. Manifest der Kommunistischen Partei. In: **Marx, Engels Werke** (MEW). Band 5. Berlin: Dietz Verlag, 1974.

MITSCHEIN, T. A. **Die Dritte Welt als Gegenstand gewerkschaftlicher Theorie und Praxis**. Campus Forschung, Frankfurt/Main: New York, 1981.

\_\_\_\_\_. O Direito à Diversidade Socioambiental como Utopia Andino-Amazonica no Século XXI. In: MITSCHEIN, T. A. (Org.). **Série Debate – Barbárie ou O que?** Sobre o futuro da espécie humana no século XXI. Belém: NUMA/UFPA, 2010.

\_\_\_\_\_. A. **Os Povos Colonizados**. A via não capitalista ao desenvolvimento industrial e o legado de Frantz Fanon para o Hemisfério Sul. Belém: Publicações Trópico em Movimento, IEMCI/UFPA, 2017. Disponível em: <[www.tropicomovimento.net](http://www.tropicomovimento.net).> Acesso em: 09 de Maio de 2016.

MITSCHEIN, T. A.; ROCHA, G.; DIAS, C. **Territórios Indígenas e Serviços Ambientais na Amazônia: O Futuro Ameaçada do Povo Tembé no Alto Rio Guamá (PA)**. Belém: NUMA-UFPA, 2012.

MITSCHEIN, T.; LIMA, A. P. **A Reinvenção da Amazônia: Divisor de Águas para o Futuro do Brasil e de seus Vizinhos Sul-americanos**. Belém: IEMCI/UFPA, 2015.

NEGT, O. KLUGE, A. **Geschichte und Eigensinn**. Frankfurt am Main: Zweitausendeins Verlag, 1981.

\_\_\_\_\_. **Dialética e História.** Crise e renovação do marxismo. Instituto Goethe no Brasil. Porto Alegre: Movimento, 1984.

PIPITONE, U. **La salida del atraso.** Un estudio histórico comparativo. México: Fondo de Cultura Económica, 1995.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir.** São Paulo: Cortez Editora, 1986.

\_\_\_\_\_. **Rumo à Ecosocioeconomia.** Teoria e prática do desenvolvimento. São Paulo: Vertice, 2006.

SCHLESINGER, R. **Die Kolonialfrage in der Kommunistischen Internationale.** Frankfurt am Main: Europaeische Verlagsanstalt, 1970.

THOMPSON, E. P. **The Making of the English Working Class.** New York: Pantheon Books. A Division of *Random House*, 1964.

TROTSKY, L. **Gechichte der russischen Revolution.** Berlin: Fischer Verlag, 1960.

VELTZ, P. **Mondialisation, villes, territories: une économie d'archipel.** PUF, 1996.

WALLERSTEIN, I. A esquerda mundial após 2011. In: **Movimentos de protesto que tomaram conta das Ruas.** São Paulo: Boitempo, 2012.

YOUTUBE. **Manufacturing Intellect.** Zisek v.s. Peterson. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=qsHJ3LvUWTs>> Acesso em: 26 de Janeiro de 2020.